



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Departamento de Administração

NÚBIA DOS SANTOS SILVA

**Maternidade e Universidade: o suporte das universidades federais  
das capitais brasileiras às mães estudantes**

Brasília – DF

2024

NÚBIA DOS SANTOS SILVA

**MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: o suporte das universidades federais das  
capitais brasileiras às mães estudantes**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Leonardo S. Conke

Brasília – DF

2024

NÚBIA DOS SANTOS SILVA

**Maternidade e Universidade: o suporte das universidades federais das capitais  
brasileiras às mães estudantes.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de  
Administração da Universidade de Brasília da aluna

**Núbia dos Santos Silva**

Prof. Leonardo S. Conke  
Orientador

Msc. Ana Claudia Benchimol  
Professor-Examinador

Brasília, 13 de setembro de 2024

## DEDICATÓRIAS

Dedico esse trabalho a minha filha, Chloe. Que foi o motivo da minha força, diariamente, para conclusão da faculdade e o motivo deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me mantido de pé até aqui. Agradeço aos meus pais (*in memorian*), meus irmãos, meus amigos que fizeram dessa dura jornada, não mais leve, mas saber que estavam ao meu lado e iríamos passar por muitas, e não tão boas, juntos, era um suspiro de paz. Agradeço ao meu orientador, por toda atenção e dedicação que teve comigo durante o desenrolar deste trabalho.

**EPÍGRAFE**

A medida do amor é amar sem medida.

Santo Agostinho.

## RESUMO

A maternidade é uma experiência gratificante, mas também apresenta muitos desafios para as mulheres. Nosso objetivo é analisar como as universidades federais nas capitais brasileiras oferecem suporte às mães estudantes. Para isso, realizamos uma pesquisa documental e conduzimos entrevistas para entender melhor como essas instituições ajudam suas alunas que são mães. O estudo investigou como as universidades federais nas capitais brasileiras oferecem suporte às mães estudantes e revelou que a maioria dessas instituições não têm programas específicos para atender a essas alunas. Muitas universidades não possuem infraestrutura adequada, como creches, fraldários, salas de amamentação ou brinquedotecas, e oferecem poucos benefícios, como auxílios financeiros limitados e falta de prioridade em processos seletivos ou prazos estendidos para conclusão dos cursos. Os dados sugerem que o foco das universidades é mais voltado para as necessidades socioeconômicas gerais dos alunos, em vez de atender às demandas específicas das mães estudantes. Em suma, as instituições de ensino e gestores públicos desenvolvam políticas mais adequadas e visibilidade para apoiar as mães estudantes, que frequentemente enfrentam desafios adicionais sem o suporte necessário.

Palavras-chave: Maternidade estudantil. Universidade Federal. Assistência estudantil.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MEC – Ministério da Educação

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

FONAPRACE – Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

PNAES – Política Nacional de Assistência estudantil

ECA – Estatuto da criança e do adolescente

RU – Restaurante universitário

GT – Grupo de trabalho

CNPJ – Cadastro nacional da pessoa jurídica

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições federais de ensino superior (IFES) - Brasil - 2024	21
Quadro 2 - Formas de suporte oferecidas às mães estudantes universitárias avaliadas na pesquisa	22
Quadro 3 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Organização interna	27
Quadro 4 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Infraestrutura	31
Quadro 5 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Auxílios	34

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
2.1 MATERNIDADE	14
2.2 MATERNIDADE NA UNIVERSIDADE	16
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>20</b>
3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	20
3.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE COLETA	22
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>24</b>
4.1 ORGANIZAÇÃO INTERNA	24
4.2 INFRAESTRUTURA	28
4.3 AUXÍLIOS	31
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ser mãe é um acontecimento considerado por muitos como belo e importante. A sociedade costuma ver a maternidade como algo especial e quase sagrado, esperando também que as mães desempenhem certos papéis, como ser cuidadora, gentil e a "rainha do lar". Essas expectativas parecem ainda ser muito presentes hoje em dia. Embora a maternidade seja frequentemente vista como algo bonito e especial, muitas mães enfrentam desafios ao tentar equilibrar a vida familiar com seus estudos e outras responsabilidades. Apesar das dificuldades, o compromisso com seus objetivos e com a família muitas vezes as ajuda a superar os obstáculos que surgem no caminho. As dificuldades enfrentadas por essas mães vão além do cotidiano e refletem uma necessidade de maior apoio e compreensão. Há a necessidade de muito esforço para continuar no trabalho, na faculdade e realizar outras atividades ao mesmo tempo em que se proporciona o cuidado adequado com os filhos. Esse esforço é movido pelo amor e pelo desejo de oportunizar um futuro melhor para suas crianças.

O amor materno pode variar de acordo com as condições socioeconômicas e outros fatores, e o adiamento da maternidade pode ser um privilégio associado a uma classe social mais alta. As tarefas domésticas podem ocupar uma grande parte do tempo das mulheres-mães. Além das tarefas domésticas, as mães também precisam cuidar de outros aspectos de suas vidas, como a saúde dos filhos e seu próprio bem-estar. Esse cenário pode afetar seriamente a saúde das mães, levando a problemas como ansiedade e depressão devido ao estresse e à sobrecarga. As mães podem se sentir pressionadas pela mídia, pelas opiniões dos familiares e pelas expectativas de seus amigos, o que só aumenta sua angústia. Essas dificuldades podem ter um impacto significativo em sua saúde mental e bem-estar.

Quando as tarefas são realizadas sem a ajuda significativa dos companheiros, dos pais das crianças, das famílias ou de profissionais remunerados, ou seja, a rede de apoio, as mães acabam assumindo praticamente sozinhas a maior parte das responsabilidades domésticas, e as demais atividades, como trabalho e estudos, são ajustadas em torno dessas responsabilidades.

Esses desafios podem ser intensificados pela falta de políticas públicas que considerem as diferenças de gênero. Mesmo que estejam superando preconceitos em diferentes áreas, como nas universidades, as políticas públicas não têm sido adequadas para apoiar e incentivar as mães, o que contribui para uma sensação de culpa. A falta de conhecimento sobre as leis e políticas relacionadas à maternidade é um grande problema. Tanto estudantes quanto professores, muitas vezes pelo desconhecimento das leis, têm dificuldade na aplicação e no cumprimento dos direitos das mães. Outro desafio significativo é enfrentado pelas mães universitárias que têm filhos com deficiência ou necessidades especiais. Esses filhos poderiam

receber suporte adequado em suas comunidades, mas frequentemente são invisibilizados, tanto as mães quanto suas crianças. Para essas mães, entender a rotina envolve reconhecer como elas precisam equilibrar a vida acadêmica com as demandas adicionais de cuidar de um filho com necessidades especiais.

Contudo, levantamos as seguintes questões: será que as universidades oferecem suporte acadêmico? Além de apoio aos horários e outras condições necessárias para que essas mães consigam equilibrar suas responsabilidades acadêmicas e familiares? Visto que tal ato não deve ser visto apenas como um ato de solicitude, mas como uma obrigação legal e ética. As mães são sujeitas de direitos garantidos por lei, e é fundamental que as políticas universitárias respeitem e promovam esses direitos. Atualmente, se uma mãe não obtiver o suporte necessário, mesmo com os direitos garantidos por lei, ela é orientada a buscar ajuda no Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) ou no Ministério Público, caso não haja defensoria pública na cidade do fato. No entanto, esses mecanismos muitas vezes não oferecem respostas rápidas e eficazes.

Para que as universidades realmente apoiem suas mães estudantes, professoras e técnicas-administrativas, elas precisam criar condições adequadas para atender às suas necessidades. Isso inclui oferecer suporte que permita às mães conciliar suas responsabilidades acadêmicas com suas responsabilidades familiares. Portanto, o objetivo desta pesquisa é **analisar como as universidades federais nas capitais brasileiras oferecem suporte às mães estudantes**, ajudando-as a cumprir suas atividades acadêmicas de forma mais equilibrada e eficiente.

A análise e a melhoria das políticas de suporte às mães estudantes são importantes por várias razões, primeiramente para os gestores públicos, para compreender a realidade das mães universitárias o que permite que os gestores desenvolvam políticas públicas mais eficazes. Isso pode ajudar a garantir que as instituições de ensino ofereçam apoio adequado, promovendo igualdade de oportunidades e ajudando a reduzir a evasão escolar entre as mães. Políticas bem estruturadas podem também servir como modelo para outras instituições e governos. Para as mães universitárias, a disponibilidade de suporte adequado pode facilitar a conciliação entre as responsabilidades acadêmicas e as responsabilidades familiares. Isso pode reduzir o estresse e a ansiedade, melhorar o desempenho acadêmico e garantir que elas possam completar seus cursos e alcançar seus objetivos profissionais. Já para a sociedade em geral, investir em políticas que apoiem as mães universitárias contribui para uma sociedade mais justa e equitativa. Isso promove a inclusão de um grupo importante de estudantes que, de outra forma, poderia enfrentar barreiras significativas para alcançar a educação superior.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 MATERNIDADE

Há sempre uma questão de decisão importante sobre ser ou não ser mãe. A partir de 1760, a valorização do amor materno começou a ser amplamente promovida, reconhecendo seu valor tanto social quanto natural. Esse amor era considerado benéfico para a sociedade e para a continuidade da espécie, incentivando as mulheres a assumirem a responsabilidade direta pelos cuidados com seus filhos (MOURA; ARAÚJO, 2004). No entanto, nos séculos XVII e XVIII, as crianças passavam por três estágios de abandono: eram inicialmente entregues a amas de leite, retornavam para casa por volta dos cinco anos (embora isso não garantisse a convivência com os pais), e finalmente eram enviadas para internatos ou conventos aos oito ou dez anos para aprimorar sua educação (BADINTER, 2023). A partir do século XVIII, houve um declínio no valor social do papel paterno. Nas camadas populares, a ausência paterna e o não cumprimento de suas responsabilidades passaram a ser assumidos pelo Estado por meio de suas instituições. Em contraste, nas camadas mais abastadas da sociedade, novas normas comportamentais surgiram influenciadas por discursos de especialistas (MOURA; ARAÚJO, 2004).

No século XIX, foi criada uma relação da mulher com a maternidade, onde mãe e bebê se tornaram o foco da atenção materna. Sendo assim, os cuidados da mãe passaram a ser valores essenciais, sem os quais a criança não poderia viver. Contudo, passou a haver uma grande valorização da mulher-mãe, dotada de poder e respeitabilidade, desde que não transcendia os limites domésticos (MOURA; ARAÚJO, 2004). O papel da mulher na sociedade tem evoluído significativamente ao longo das últimas décadas, e a valorização da mulher-mãe é um exemplo importante dessa transformação. Historicamente, as mulheres foram frequentemente definidas por seus papéis dentro do lar, especialmente como mães. A imagem da "mulher-mãe" foi muitas vezes exaltada e idealizada como símbolo de virtude e dedicação. No entanto, essa valorização frequentemente vem com um paradoxo: a mulher é respeitada e admirada dentro dos limites tradicionais da esfera doméstica, mas sua contribuição e reconhecimento fora desse espaço muitas vezes foram marginalizados ou desvalorizados. Essa tensão entre valorização e restrição reflete uma visão tradicional de gênero que ainda persiste em muitas sociedades. Com a grande valorização da mulher, cresceram também as suas demandas de devotamento e sacrifício feminino em prol de sua prole e família, que decorre do discurso médico e filosófico como sendo inerentes à natureza feminina (MOURA; ARAUJO, 2004).

Apesar da mulher passar a ter um novo status na família e sociedade, se distanciar disso gerava culpa, pois contrariava a natureza, gerando um sentimento de “anormalidade”, coisa que só poderia ser explicada como patologia ou desvio (MOURA; ARAÚJO, 2004). Embora em escolas normalistas já existisse um número considerável de mulheres, o público feminino foi aparecendo no âmbito universitário de modo bem tímido, no início do século XIX quando se deram as primeiras universidades no Brasil (PEREIRA; ABRAO, 2019). Visando interesses econômicos, discursos proferidos por moralistas, médicos, chefes de polícia, reforçavam a necessidade da mulher se ocupar com a criação dos filhos. Esse argumento se embasava na ideia do natural. Pois sendo possível apenas a mulher gestar e parir, seria considerado trivial a natureza feminina a educação e cuidados com os filhos (MOURA; ARAUJO, 2004).

Embora, por muito tempo, a maternidade foi ligada intrinsecamente ao maternar<sup>1</sup> da mãe como função feminina de excelência, pertencente a natureza da mulher (MOURA; ARAUJO, 2004), a maternidade traz desafios para a vida da mulher a partir da pressão que é sofrida devido a sociedade, pelos diversos modelos culturais existentes que rotulam a mulher-mãe. Nesta senda, a maternidade acaba assumindo um papel de projeto de vida, desconsiderando o contexto que as mulheres estão inseridas (SAALFELD, 2019). A maternidade pode levar a mudanças significativas na autonomia, no envolvimento social e na liberdade das mulheres, frequentemente resultando em uma percepção reduzida de sua valorização social. Antes da maternidade, as mulheres costumam ocupar papéis bem definidos na sociedade. No entanto, após o parto, elas podem enfrentar desafios relacionados à adaptação a uma nova identidade, o que pode fazer com que se sintam menos visíveis ou reconhecidas, especialmente enquanto estão isoladas com a criança (SAALFELD, 2019).

De acordo com Gutman (2013), a recém mãe precisa navegar por um vasto campo emocional e ajustar-se a um novo equilíbrio entre suas responsabilidades maternas e outras dimensões da vida, como trabalho e preocupações financeiras. O puerpério (período após o parto) é descrito como um período de profunda transformação emocional, que vai além da recuperação física após o parto, incluindo também uma reavaliação da visão de mundo e das emoções compartilhadas (GUTMAN, 2010). Portanto, a maternidade não se limita a aspectos físicos, mas também envolve um processo contínuo de adaptação e redescoberta pessoal.

A maternidade é um tema considerado sagrado por muitos. Continua sendo difícil

---

<sup>1</sup> Neologismo, relacionado ao ato de cuidar, nutrir e educar uma criança, abrangendo não apenas aspectos físicos, mas também emocionais e sociais. É uma prática que envolve amor, proteção e apoio ao desenvolvimento integral da criança.

questionar o amor materno, em nosso inconsciente coletivo, a mãe segue sendo um símbolo indefectível de amor oblato (BADINTER, 2023). O amor materno é algo que se adquire, não é algo que constitui um sentimento inerente à mulher. Assim sendo, esse amor varia conforme as flutuações socioeconômicas da história, bem como todos os sentimentos humanos (BADINTER, 2023). À primeira vista, a maternidade é valorizada; por outro lado, não são dadas condições materiais para a realização de toda romantização que é feita em torno da maternidade (SCAVONE, 1985). A maternidade é um evento de grandes e únicas transformações na vida da mulher: mudanças corporais, psicológicas, no tornar-se mãe etc. Sendo vivenciado de modo singular em cada mulher, existem inúmeras formas de se fazer a maternidade, portanto, não é viável tratá-la como um modelo a ser seguido. Embora exista a pressão social que cobra da mulher um certo padrão de idade, cuidados, responsabilidades e vários outros ideais a serem seguidos, que não consideram as transformações sociais que a maternidade interpela na vida das mulheres-mães (SAALFELD, 2019).

## 2.2 MATERNIDADE NA UNIVERSIDADE

Conciliar as demandas da maternidade se trata de gerir a rotina da mãe e do bebê, estabelecer horários, delegando tarefas, conseguir cuidadores, lidar com os olhares de julgamento e a falta de empatia e o volume de trabalhos acadêmicos. Todo esse trabalho invisível é um trabalho de organização que as mães realizam simultaneamente (JOAQUIM, 2023). Durante o período acadêmico, ser ou tornar-se mãe produz grandes impactos na vida da estudante e seus filhos, sendo preciso articular seu tempo entre maternidade, universidade e demais afazeres (SAALFELD, 2019). Apesar de as mulheres que são mães precisarem estudar, de acordo com o Inep (2019), dos 20 maiores cursos de graduação (que cursos?), em número de matrículas, notou-se que 14 deles têm maior presença feminina e apenas 6 maior presença masculina.

O tempo das mulheres que são mães também é tratado em vários aspectos, dividindo-se em tempo para dedicar-se às atividades, que não compatibilizam com os horários das creches; conciliar os horários da rotina do bebê com a rede de apoio e a mãe-estudante; o tempo necessário para cumprimento dos prazos das atividades acadêmicas; a rotina do puerpério e da vida acadêmica. A concentração e foco nos estudos são afetados devido a privação do sono que pode impactar significativamente sua rotina (JOAQUIM, 2023). O impacto que acontece na vida mulher-mãe, atinge também a criança, dada a necessidade da mulher em dividir seu tempo entre os afazeres da maternidade com os da universidade (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2022).

De acordo com Urpia (2009) e Pessanha (2023) a jornada dupla das universitárias-mães em trabalhar fora e estudar ocasionam vários danos à vida acadêmica das discentes, dentre faltas e atrasos, além da má conciliação com o conteúdo, decorrentes do cansaço físico e psicológico de cuidar de uma criança e estudar, além de ter responsabilidades com os afazeres domésticos. Muitas mulheres-mães são julgadas por não estarem em casa, cumprindo o que seriam suas “obrigações naturais”, como mães, cuidadoras etc. Além do preconceito sofrido em diversos lugares, inclusive na universidade, quando são cobradas por priorizarem as crianças em face das demais atividades acadêmicas (SAALFELD, 2019).

No entanto, em alguns casos, as mulheres se dedicam a um universo complexo e ilimitado de interação física e emocional com a criança, uma atividade que muitas vezes não é visível externamente e que frequentemente não recebe o devido reconhecimento ou apoio (GUTMAN, 2013), podendo interferir em seu rendimento acadêmico. A amamentação, por exemplo, é uma escolha que envolve várias considerações significativas. Ao optar por amamentar, a mulher frequentemente compromete sua autonomia, liberdade e disponibilidade de tempo. As mulheres enfrentam uma decisão complexa, especialmente quando priorizam a liberdade pessoal. Neste contexto, a necessidade de amamentar pode exigir que a criança receba outros tipos de alimentação, visto que a mãe e o filho podem não alcançar um equilíbrio satisfatório na prática da lactância. Segundo Gutman (2013), a escolha de amamentar implica uma renúncia à liberdade pessoal, uma vez que liberdade e lactância são frequentemente incompatíveis.

Com isso, muitas mulheres acabam adiando ou até abandonando os estudos para priorizar o filho e retornar quando conseguir. Seja pela escolha da amamentação exclusiva, falta de rede de apoio familiar, situação financeira ou outros motivos. Para seu retorno, a mulher-mãe necessita do pai, familiares ou um cuidador, ainda mais se tratando de uma criança pequena, esse suporte é essencial (SAALFELD, 2019).

Para atender adequadamente às necessidades das estudantes-mães, uma infraestrutura adequada deve incluir, predominantemente, a oferta de serviços de creche. Isso implica em ampliar a capacidade das creches existentes, bem como a criação de unidades com atendimento noturno e em horário comercial. Além disso, é essencial que haja flexibilidade nos horários de funcionamento e a disponibilidade de atendimento em período integral (JOAQUIM, 2023).

Pessanha (2023) e Joaquim (2023) destacam a necessidade urgente de aumentar o número de creches universitárias e promover a disseminação de informações sobre licença-maternidade. Eles apontam para a importância de flexibilizar a entrega de trabalhos acadêmicos e estender a licença-maternidade, permitindo que as mães amamentem por mais tempo. Além

disso, sugerem a capacitação dos professores para um acolhimento mais eficaz dessas alunas, assim como a criação de uma licença-maternidade diferenciada para mães de bebês prematuros.

A questão das creches é central, frequentemente marcada pela falta de vagas, pela escassez de opções noturnas e pelos altos custos das creches particulares, que muitas vezes estão além do alcance financeiro de estudantes. A oferta limitada de creches noturnas e os preços exorbitantes agravam a situação, tornando o ambiente universitário ainda mais desafiador para as mulheres que são mães. Portanto, a implementação de políticas públicas que tornem a experiência universitária menos traumática para essas mulheres é uma medida essencial.

Pessanha (2023) e Joaquim (2023) destacam a necessidade urgente de aumentar o número de creches universitárias e promover a disseminação de informações sobre licença-maternidade. Eles apontam para a importância de flexibilizar a entrega de trabalhos acadêmicos e estender a licença-maternidade, permitindo que as mães amamentem por mais tempo. Além disso, sugerem a capacitação dos professores para um acolhimento mais eficaz dessas alunas, assim como a criação de uma licença-maternidade diferenciada para mães de bebês prematuros.

A questão das creches é central, frequentemente marcada pela falta de vagas, pela escassez de opções noturnas e pelos altos custos das creches particulares, que muitas vezes estão além do alcance financeiro de estudantes. A oferta limitada de creches noturnas e os preços exorbitantes agravam a situação, tornando o ambiente universitário ainda mais desafiador para as mulheres que são mães. Portanto, a implementação de políticas públicas que tornem a experiência universitária menos traumática para essas mulheres é uma medida essencial.

Para as estudantes, uma infraestrutura que atendesse as demandas das estudantes-mães conta com majoritariamente com creche, mais vagas nas existentes, creche em período noturno e horário comercial, flexibilidade de horários e período integral (JOAQUIM, 2023). Por meio da rede de apoio, as mães conseguem criar sua rotina, frequentando as aulas, e com mais tempo de qualidade para estudar. A rede de apoio escassa, acarreta um alargamento no prazo da aluna, pela alta demanda (JOAQUIM, 2023). Portanto, é compreensível as mulheres adiarem a escolha de ser mãe, uma vez que, a falta de condições materiais objetivas, transforma a maternidade em um privilégio de classe, e o prazer de ter filhos para aquelas que detêm estruturas (JOAQUIM, 2023). Uma estratégia possivelmente eficiente, consiste em estruturar um sistema nacional de cuidados, para que tenham direitos e políticas públicas para quem precisa de cuidados. Cuidadores e cuidadoras que precisam ser valorizados, além de estimular quem não cuida, a cuidar (JOAQUIM, 2023).

A legislação brasileira tem alguns dispositivos que foram desenvolvidos para auxiliar as mães universitárias. Uma das primeiras leis que dispõe sobre maternidade e universidade, atribui à estudante em estado gestacional, o regime de exercícios domiciliares, sendo o início, fim e extensão definido por atestado médico, garantindo a estudante o direito à prestação dos exames finais (BRASIL, 1975). Em 2024, foram sancionadas duas leis: a Lei das Mães Cientistas, que garante 180 dias a mais na conclusão do curso para pais e mães em caso de nascimento ou adoção de filhos, para alunos do ensino superior e pós-graduação (BRASIL, 2024), e também a lei nº 14.952, que estabelece regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica, estudantes da educação básica e superior que garante regime escolar especial a mães estudantes lactantes e a estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que o impossibilita acesso a instituição de ensino (BRASIL, 2024). Além dessas, há a lei que trata do PNAE (Programa Nacional de Assistência Estudantil), que garante recurso para as universidades custearem alimentação, transporte, moradia e inclusive creche, dentre outros, prioritariamente para alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio. Entretanto, é a própria universidade quem define essa distribuição. Fazendo assim, com que muitas mães que precisam de creche, não consigam o auxílio da Universidade (BRASIL, 2010).

Além das leis já aprovadas, no Brasil há projetos de lei que procuram melhorias nas condições para as mães universitárias como o Projeto de Lei (PL) nº 1.151, cujo ponto principal é a adaptação da universidade para as mães de crianças e adolescentes, gestantes e puérperas. O projeto indica a implementação de lactários, brinquedotecas, espaço para amamentação e ordenha, fraldários, além da ambientação adequada para acompanhamento das crianças (BRASIL, 2022). Nesse PL, não se trata das lactantes, possivelmente por já haver uma portaria do MEC, dando direito às mães à livre amamentação de seus filhos nas áreas de livre acesso ao público ou coletivo nas instituições do sistema federal de ensino, independentemente da existência de local apropriado, e em caso de dar ciência a mãe da existência desse local, que seja feita sem constrangimento e ela fique à vontade para decidir onde amamentar (MEC, 2017). Sobre a livre amamentação, ainda há outro projeto de lei, o de nº 1.654 que dispõe da livre amamentação em qualquer espaço público, com dever de reparação em caso de sua violação (BRASIL, 2019).

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa realizada foi um levantamento, pois houve identificação do suporte concedido às mães estudantes nas universidades federais presentes nas capitais do país. O principal procedimento de coleta de dados foi a pesquisa documental. Documentos são materiais de natureza diversa que ainda não foram examinados de modo analítico, ou que podem ser reapreciados, buscando assim, novas informações e/ou interpretações complementares (GODOY, 1995). Tradicionalmente a pesquisa documental se vale de registros cursivos continuados e persistentes. Como exemplo dessa modalidade temos os documentos elaborados por agências governamentais. Entretanto, muitas pesquisas utilizam registros episódicos e privados, que são constituídos principalmente por documentos pessoais e imagens produzidas por comunicação em massa (GIL, 2008). Nessa pesquisa, foram investigados documentos sobre a oferta de suporte das universidades, que consideraram questões de infraestrutura, apoio financeiro e outros auxílios acadêmicos. Foi analisado o que continha na lei, o que as universidades ofertavam e o que as mães demandavam, de modo a comparar se estavam seguindo a lei e conseguindo atender as demandas das mães universitárias.

Dentre as vantagens do uso de fontes documentais estão a possibilidade de conhecimento do passado, pois os documentos estudados são capazes de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade acerca do comportamento passado. Fontes documentais proporcionam ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes que evitam o constrangimento caracterizado em muitas entrevistas em que os dados são advindos diretamente de pessoas. Ainda possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural, uma vez que as sociedades estão em constante mudanças de estruturas, cultura, relacionamento social etc. Além disso, permite a obtenção de dados com menor custo, por exigirem uma quantidade bem menor de recursos humanos, materiais e financeiros, tornando-se mais viáveis. Contudo, favorece a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos, que é de conhecimento a dificuldade de obtenção de dados relacionados com a vida íntima da pessoa. Nesse sentido, as pesquisas que se valem de dados existentes, conseguem resultados mais apurados nas suas pesquisas (GIL, 2008).

#### 3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A fim de atingir o objetivo de pesquisa, foram definidas como população-alvo as universidades federais localizadas nas capitais do Brasil, tendo como amostra as 26 federais das

capitais mais o Distrito Federal. Entende-se população como um conjunto de elementos com pelo menos uma característica em comum, que deve delimitar quais os elementos pertencem ou não à população. Na presente pesquisa foi utilizada a população finita, que é quando o número de unidades observadas pode ser contado (SILVA, FERNANDO, ALMEIDA, 2015), como por exemplo as universidades federais das capitais. Foram selecionadas as universidades federais das capitais por serem instituições vinculadas à União, o que garante um regime uniforme, ao contrário das universidades estaduais, que podem ter regimes específicos para cada estado. Ademais, para avaliar a situação de forma distribuída geograficamente no Brasil (Quadro 1).

**Quadro 1 - Instituições federais de ensino superior (IFES) - Brasil - 2024**

REGIÃO	ESTADO	IFES
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	<b>UnB</b>
	Goiás	<b>UFG, IFGO, UFCAT, UFJ</b>
	Mato Grosso do Sul	<b>UFMS, UFGD</b>
	Mato Grosso	<b>UFMT</b>
NORDESTE	Alagoas	<b>UFAL</b>
	Bahia	<b>UFBA, IFBA, UFOB, UFRB</b>
	Ceará	<b>UFC, IFCE, UFCA</b>
	Maranhão	<b>UFMA, IFMA,</b>
	Paraíba	<b>UFPB, UFCG, IFPB</b>
	Pernambuco	<b>UFPE, UFRPE, UNIVASF</b>
	Rio Grande do Norte	<b>UFRN, UFRSA</b>
	Sergipe	<b>UFS</b>
	Piauí	<b>UFPI, UFDP</b>
NORTE	Amazonas	<b>UFAM</b>
	Pará	<b>UFPA, UFRA, UFOPA</b>
	Roraima	<b>UFRR</b>
	Acre	<b>UFAC</b>
	Tocantins	<b>UFT</b>
	Amapá	<b>UNIFAP</b>
	Rondônia	<b>UNIR</b>
SUDESTE	Espírito Santo	<b>UFES</b>
	Minas Gerais	<b>UNIFEI, UFLA, UFTM, UFVJM, UFJF, UFMG, UFOP, UFV, UFSJ, UFU, CEFETMG, IFTM, UFSJ, UNIFAL</b>
	Rio de Janeiro	<b>CEFETRJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO</b>
	São Paulo	<b>UNIFESP, UFSCar, UFABC</b>
SUL	Paraná	<b>UTFPR, UFPR, UNILA</b>
	Rio Grande do Sul	<b>UNIPAMPA, UFCSPA, FURG, UFPel, UFRGS, UFSC</b>
	Santa Catarina	<b>UFSC, UFFS</b>

Fonte: MEC (2024). As universidades em negrito foram as pesquisadas.

### 3.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE COLETA

Como apresentado, a primeira parte da coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental. Os documentos pesquisados foram aqueles disponíveis e acessíveis que pudessem comprovar a existência e a oferta de algumas formas de suporte às mães estudantes universitárias. As formas de suporte avaliadas foram definidas com base na revisão teórica e nas indicações de pesquisas anteriores sobre o tema. Eles foram divididos em três grupos: organização interna da universidade, infraestrutura e auxílios.

**Quadro 2 - Formas de suporte oferecidas às mães estudantes universitárias avaliadas na pesquisa**

<b>CATEGORIA</b>	<b>OPÇÕES DE SUPORTE</b>
<b>ORGANIZAÇÃO INTERNA</b>	Departamento ou setor responsável, Nome do programa, Capacitação (existência), Portarias/ Normativas/ Resolução etc.
<b>INFRAESTRUTURA</b>	Creche, Fraldário, Sala de Amamentação, Brinquedoteca, Casa do Estudante aceita crianças
<b>AUXÍLIOS</b>	Auxílio-Creche, Prioridade em processos seletivos, Prazo estendido para conclusão, Bolsa maternidade

Para a coleta de informações, foram acessados os sites oficiais das universidades federais, com a finalidade de consultar páginas pertinentes a cada item investigado. Complementarmente, foram consultados grupos de WhatsApp pertencentes a coletivos de mães, visando obter dados diretamente de representantes desses grupos. Além disso, realizou-se uma busca no Google para corroborar a precisão e atualizar as informações coletadas.

A pesquisa documental foi enriquecida por meio de entrevistas com mães envolvidas em coletivos informais nas universidades. O propósito dessas entrevistas foi compreender de maneira mais aprofundada as ofertas institucionais de cada universidade e obter a perspectiva das usuárias quanto ao suporte fornecido.

As entrevistas são uma forma de interação social, onde o investigador se apresenta ao investigado com o objetivo de obter dados que sejam interessantes à investigação. Sendo mais específica, é uma forma de diálogo assimétrico, onde uma das partes procura coletar dados e a outra parte se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008). Foi utilizada a entrevista semiestruturada, onde a resposta não está condicionada a um padrão de alternativas formuladas pelo entrevistador. A entrevista semiestruturada é focada em um objetivo no qual é feito um roteiro com perguntas principais, que são complementadas por outras questões inerentes à ocasião da entrevista (MANZINI, 1990). A entrevista é livre, foca em um tema específico, onde

o entrevistado fala livremente, mas quando se desvia do assunto o entrevistador retoma seu eixo. Esse tipo de entrevista é bastante utilizado em situações experimentais, a fim de explorar a fundo alguma experiência vivida. É bastante utilizada também para entrevistar pessoas que passaram por experiências específicas como presenciar um acidente ou ser mãe na universidade por exemplo (GIL, 2008).

Participaram da pesquisa representantes de um coletivo de mães e de grupos de trabalho, que foram escolhidas a fim de ver a maternidade na universidade por várias óticas. A inclusão dessas diferentes perspectivas visa oferecer uma visão abrangente sobre a experiência materna no ambiente acadêmico. Enquanto as mães trazem insights pessoais sobre desafios e adaptações enfrentadas, os grupos de trabalho fornecem uma visão institucional e organizacional. Essa abordagem busca identificar tanto as dificuldades específicas quanto às políticas de apoio necessárias, com o objetivo de criar um ambiente universitário mais inclusivo e sustentável para as mães acadêmicas. O contato com essas mães foi estabelecido por intermédio de um grupo nacional de WhatsApp destinado a coletivos de mães universitárias. As entrevistas foram conduzidas utilizando as plataformas Microsoft Teams e Google Meet, possibilitando uma análise mais detalhada das experiências e percepções das participantes.

A entrevista foi composta de nove perguntas norteadoras: Há quanto tempo se dispôs a lidar com isso? Na sua opinião, como está, quais os maiores desafios atuais para as mães universitárias? Por que não melhoraram, ou o que fazer para que aconteça? Houve algum avanço nos últimos anos? Você conhece outras experiências positivas, de outras universidades ou países que poderiam ser aplicadas no Brasil? Na minha pesquisa, percebi que o atendimento às mães não é algo específico, e sim sempre ligado aos programas de assistência estudantil. Na sua opinião, por que isso acontece? Em geral, como você descreve a relação com o governo nessa negociação para conseguir mais direitos para as mães? Como é o contato das mães com a universidade? Tem um meio de contato facilitado? Em geral, como você descreve a relação com o governo nessa negociação para conseguir mais direitos para as mães? Tem alguma outra coisa que você gostaria de comentar?

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados permitiu identificar a oferta nominal de suporte às mães estudantes nas universidades federais presentes nas capitais brasileiras. Os resultados foram divididos em três categorias: organização interna, infraestrutura e auxílios. Cada um desses grupos é analisado nos parágrafos a seguir.

### 4.1 ORGANIZAÇÃO INTERNA

O primeiro conjunto de fatores analisados foi denominado de organização interna, que consiste na existência de área, programa e/ou legislação específica para o apoio às mães estudantes. Mais especificamente, buscou-se identificar qual era o departamento responsável pelos acolhimentos às mães, se havia algum programa específico, se há a existência de programa de capacitação para docentes e servidores e a presença de alguma normativa que fosse destinada às discentes mães. Os resultados são apresentados no Quadro 3.

O primeiro item analisado foi o setor específico de cada universidade que é responsável por lidar com as questões de maternidade estudantil. Na grande maioria das pesquisadas, o setor responsável identificado foi o de Assuntos Estudantis (ou nome similar). Apenas nas universidades de Brasília (UNB) e Manaus (UFAM), o setor foi o de Desenvolvimento Social e Gestão de Pessoas, respectivamente. Isso indica que nenhuma das universidades pesquisadas tem um setor específico para as mães, existe sim, um setor para todos os estudantes em vulnerabilidade. Isso se dá pois, de acordo com a Universidade de Brasília, por exemplo, a Política de Assistência Estudantil busca ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens na Universidade. A fim de evitar a evasão do estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica. São pensadas estratégias de inclusão social, democratização do acesso, permanência e formação acadêmica com qualidade. Para alunos em vulnerabilidade geral, ser mãe não entra nesses requisitos. Contudo, a maioria das mães tem alguma dificuldade durante a universidade. Seja pelos trabalhos do seu curso, seja pelo universo de atividades que elas precisam desempenhar dentro e fora de casa (PEREIRA; ABRAO, 2019).

Esse departamento não existe, talvez pelo desconhecimento de quantas mães existem na universidade. Um ponto em comum entre as entrevistas foi de todas concordarem que faltam políticas públicas para assistência materna, que olhem para as mães estudantes como pessoas de direito, que esse grupo existe, é imenso e demanda atenção pública. Pois como fala a entrevistada 3 “Ontem apenas, foi liberado um cadastro de que é obrigatório agora na

universidade, ter no cadastro do aluno se tem filhos ou não”, demonstrando que até então essa era uma informação desconhecida. Concorde também a entrevistada 2 “esse mapeamento que ele era o mínimo que a gente poderia ter, era um mapeamento. A gente não sabe(...) a quantidade de pessoas que têm filhos”.

**Quadro 3 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Organização interna**

<b>Necessidades</b>	<b>Departamento ou setor responsável</b>	<b>Programa</b>	<b>Capacitação</b>	<b>Legislação específica</b>
<b>UNB</b>	Diretoria de Desenvolvimento Social	Não	Não	Sim
<b>UFG</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFMT</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Sim
<b>UFMS</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Sim
<b>UFPR</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFRGS</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Sim
<b>UFSC</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Sim
<b>UFES</b>	Pró-reitoria de Políticas Afir. e Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFMG</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFRJ</b>	Pró-Reitoria de Políticas Estudantis	Não	Não	Sim
<b>UNIFESP</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFAM</b>	Pró-Reitoria de gestão de pessoas	Não	Não	Sim
<b>UFPA</b>	Superintendência de Assistência e Acessib. Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFRR</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Extensão	Não	Não	Não
<b>UFAC</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFT</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	Não	Não	Não
<b>UNIFAP</b>	Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis	Não	Não	Não
<b>UNIR</b>	Pró-Reitoria de Cultura Extensão e Assuntos Estud.	Não	Não	Sim
<b>UFAL</b>	Pró-Reitoria Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFBA</b>	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estud.	Não	Não	Não
<b>UFC</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFMA</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFPB</b>	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante	Não	Não	Não
<b>UFPE</b>	Pró-Reitoria para Assistência Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFRN</b>	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	Não	Não	Não
<b>UFS</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não	Não	Não
<b>UFPI</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Não	Não	Não

Subsequentemente, foi investigado se havia programas específicos e estruturados nas universidades para o acolhimento das mães. Constatou-se que, entre as universidades federais localizadas nas capitais e no Distrito Federal, não existia nenhum programa dessa natureza. Para fins de comparação, menciona-se o exemplo da Universidade Federal de Ouro Preto, que

possui o projeto "Mães na Universidade" (ManU), o qual oferece uma bolsa específica para mães. Contudo, esse projeto serviu apenas como referência, uma vez que não se trata de uma universidade federal situada em uma capital. De acordo com a entrevistada número 1, a ausência de um departamento responsável e a inexistência de programas destinados às mães são atribuídas à falta de políticas e dados adequados. Segundo ela:

A inexistência de políticas e dados é um reflexo de como essa população é invisibilizada. Sem dados, a existência dessa população é ignorada, e sem a identificação das demandas, é impossível conhecer suas necessidades. (...) Uma das iniciativas existentes é o auxílio-creche, que se mostra insuficiente. Essa foi a única medida considerada em relação à maternidade. O auxílio-creche é inadequado não apenas em termos financeiros, mas também porque não segue um parâmetro nacional uniforme; cada região e universidade estabelece seu próprio valor. Além disso, o auxílio-creche está desalinhado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devendo ser um auxílio maternidade, e não um auxílio-creche. A creche atende até os três anos incompletos, mas o principal desafio surge quando a criança ingressa na escola, que muitas vezes não oferece turno integral. Portanto, o que fazer com o restante do turno da criança que não está na creche?

Posteriormente foi verificada a existência de programas de capacitação para os docentes e servidores. Não foi encontrada nos sites das universidades qualquer informação relacionada a isso. Conforme apontou a pesquisa de Joaquim (2023) 32,25% das participantes não conseguiram acesso ao direito de licença maternidade, pela falta de informações referentes à documentação e aos prazos sobre a licença maternidade. As participantes ainda relataram falta de conhecimento sobre os prazos, requerimentos, berçários, creches e da lei 6.202/75 que dispõe sobre os regimes domiciliares; ainda, 61,29% das participantes não souberam do regime especial, inclusive, não sabendo do que se tratava.

Por fim, foram buscadas portarias e/ou normativas que tratam da situação das mães universitárias. A análise revelou que mais de 65% das universidades federais nas capitais não possuem nenhuma portaria, resolução ou normativa específica para atender às necessidades das mães universitárias.

Em contraste com essa realidade, a entrevistada número 3 destacou a situação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De acordo com ela, a UFSC possui a PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), que implementa um programa de ações afirmativas voltado para apoiar os estudantes, incluindo as mães universitárias. A PRAE oferece assistência às mulheres que enfrentam dificuldades, fornecendo apoio psicológico e outros recursos necessários. Essa comparação ilustra uma lacuna significativa na maioria das universidades federais, onde a falta de políticas específicas pode deixar as mães universitárias sem o suporte necessário. Por outro lado, a UFSC exemplifica uma abordagem mais estruturada e eficaz ao oferecer uma rede de apoio que visa atender às necessidades das mães universitárias, destacando

a importância de programas institucionais dedicados à assistência e ao suporte psicológico.

Mas isso é para todos os estudantes, não é exclusivo para as mães. Segundo ela, “Dentro da graduação, elas têm essa assistência e é dada pela própria PRAE. Esse eu acho uma grande evolução (...). Eu acho que não tem (um departamento específico para as mães), porque subentende-se que a mãe e o lugar da mãe é em casa e não na universidade. Então eu brinco com isso na minha dissertação que aqui em Floripa, nos anúncios de aluguel, diz assim: exclusivo para estudante não aceita crianças. Então, mãe, não é estudante? Mãe, é só mãe.”

O perfil universitário aponta que para a maioria das mães, o motivo que as levou a cursar uma universidade é a busca de uma qualificação profissional e melhoria de renda, seguido de uma busca pela conquista profissional, além de estabilidade financeira e busca por uma nova profissão que lhe satisfaça, por isso a persistência nos estudos (PEREIRA; ABRAO, 2019).

Na relação de importância da mãe universitária com a família e os estudos, para a grande maioria (61%) a colocação da busca pela formação profissional está em primeiro lugar, para 23% e 8% sendo segundo e terceiro lugar respectivamente (PEREIRA; ABRAO, 2019). Quando se trata das dificuldades encontradas para acompanhamento do curso, as mães relatam majoritariamente falta de concentração, divergências ideológicas, horários indefinidos, intelectualidade, dificuldades na leitura e saúde. Seguindo, a falta de tempo para estudar e ainda, dificuldades por causa do trabalho, esposo, filhos, tarefas domésticas e vida financeira. Apenas para uma pequena minoria (8%), não há dificuldades de acompanhamento (PEREIRA; ABRAO, 2019).

Na conciliação dos estudos com os afazeres domésticos, a grande maioria afirma ter conseguido conciliar as duas tarefas, dividindo os horários, entretanto, deixando de fazer algumas atividades, dedicando mais tempo para os estudos e contando com o auxílio de familiares nas tarefas domésticas. A minoria das mães afirma dificuldade na conciliação (PEREIRA; ABRAO, 2019).

Contudo, o movimento feminista é de grande importância para as conquistas das mulheres no decorrer dos anos, com o adquirento do direito a educação, por exemplo, que tem sido maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, incluindo o superior apesar da mulher possuir diversas jornadas. Embora não esteja entre os pré-requisitos necessários para poder ter acesso ao ensino superior, a parentalidade afeta mais a vida das mulheres do que a dos pais, pelo sentimento de culpa que as mães sentem por ficar longe dos seus filhos, apesar disso, o número de mulheres no mercado de trabalho tem aumentado (PESSANHA, 2023).

Com o levantamento sobre as reclamações entorno do não cumprimento da lei nº

6.202, que trata do afastamento de estudantes-mães para regime de exercícios domiciliares, verificou-se junto ao Ministério da Educação (MEC), não ser cabível nenhum tipo de sanção administrativa, sendo recomendado as discentes procurarem Programa de Proteção e Defesa do consumidor (Procon) ou o Ministério Público (SILVA, 2019). Felizmente na Universidade de Brasília (UnB) foi instituída a política materna e parental destinada às discentes e servidoras(es) docentes e técnico-administrativas(os) que exercem a maternidade e a parentalidade (UNB, 2024).

Ademais, as mulheres têm tido menos filhos do que há 15 anos. Entretanto, todas precisam de rede de apoio, que varia de acordo com o contexto sócio-histórico, visto que muitas relatam exaustão, mas visionando a conclusão da graduação como grande importância (PESSANHA, 2023). De acordo com a entrevistada 2 "não ter uma estrutura de estado que cumpra sua parte no cuidado, isso vai sobrecarregar cada vez mais essas mulheres, então se tu tem uma universidade que não olha para isso, se tu tem agências de fomento que não olham pra essa questão e tu tem um estado também que negligencia isso, isso vai dificultar muito o acesso, permanência, conclusão e progressão dessas mulheres".

#### 4.2 INFRAESTRUTURA

O segundo conjunto de fatores analisados consistem no suporte de infraestrutura oferecido pelas universidades. Por infraestrutura, aqui, entende-se a oferta de creches, fraldários, salas de amamentação e brinquedotecas, considerados relevantes para as mães universitárias. Ainda, foi verificado se as casas de estudantes universitários aceitavam crianças. Os resultados obtidos estão apresentados no Quadro 4, abaixo.

Inicialmente foi pesquisado a existência de creche nas universidades, foi apurado que na grande maioria, não constam creches, exceto em algumas, o que não representa nem 30% das universidades pesquisadas. Na Universidade de Brasília por exemplo, a creche só irá iniciar suas atividades em 2025. Foram analisadas ainda os valores nessas universidades, valores esses que variaram de R\$0 por ser pública e ter as vagas disponibilizadas por meio de sorteio, até R\$780,00. O horário de atendimento das creches variou de 7h até às 18h. A creche faz parte da rede de apoio social para as estudantes, suprimindo a ausência do pai ou da família. Sendo assim, quando a creche não funciona por algum motivo, as estudantes se veem diante de um problema sem solução.

**Quadro 4 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Infraestrutura**

<b>Necessidades</b>	<b>Creche</b>	<b>Fraldário</b>	<b>Sala de amamentação</b>	<b>Brinquedoteca</b>	<b>Casa do estudante aceita crianças</b>
<b>UNB</b>	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>UFG</b>	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>UFMT</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFMS</b>	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>UFPR</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFRGS</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFSC</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>UFES</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFMG</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFRJ</b>	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>UNIFESP</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFAM</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFPA</b>	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<b>UFRR</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFAC</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFT</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UNIFAP</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UNIR</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFAL</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>UFBA</b>	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>UFC</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFMA</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFPB</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFPE</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFRN</b>	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>UFS</b>	Não	Não	Não	Não	Não
<b>UFPI</b>	Não	Não	Não	Não	Não

O agravo é que apesar da creche ser de suma importância na vida das estudantes-mães e seus filhos, dando suporte estrutural e emocional, esse espaço ainda tem pouca visibilidade na universidade. Sendo precária em equipamentos, falta de espaço adequado ou adaptados dentre outros. Revela-se, não raro, como um serviço com inúmeras fragilidades, resultando em um apoio instável à comunidade que se beneficia ou que poderia (URPIA; SAMPAIO, 2009).

A entrevistada 1 discorre sobre o auxílio creche e a necessidade de creche. “Uma das ações que eles têm é o auxílio creche, que é insuficiente. Foi a única coisa pensada na maternidade. Ele é insuficiente não só no valor. Porque não existe um parâmetro nacional, cada

região, cada universidade determina quanto que vai destinar e ele é insuficiente porque ele não está em acordo com o ECA, ele está fora”. Segundo a entrevistada 1 não existem creches nas universidades pois “precisa haver interesse das gestões em olhar para a maternidade, mas talvez isso não aconteça porque a maternidade agora que tá sendo uma questão, nunca foi”.

Subsequentemente foram analisadas em quantas universidades havia fraldários, e novamente em sua grande maioria, não existem, tendo apenas em um pouco mais de 25% do total das universidades. O que demonstra como as universidades não estão preparadas para receber as mães exclusivamente se tratando mães de crianças pequenas. Para a entrevistada número 2 ainda não houve avanços na questão de infraestrutura das universidades “A gente pensou nessas questões, mas a gente não avançou. Então, hoje, a gente se debate muito com as questões de que muitas universidades não têm o fraldário, e o fraldário a gente entende que seria assim, o mínimo. O mínimo para você dizer que você entende que naquele lugar tem pessoas que têm crianças pequenas ali. E quando não se tem o fraldário, o que é muito comum. A gente já começa a imaginar, então, o que não falta?”. A fala da entrevistada é compatível com os resultados da pesquisa de Joaquim (2023) em que a maioria das estudantes que tiveram filhos não consideram que a instituição ofereça condições infraestruturais para que elas permaneçam nos seus cursos e concluam. Sobre o impacto no currículo, o ser mãe, apenas uma pequena minoria disse que não houve interferência.

Adiante, é pesquisada a existência de salas de amamentação dentro das universidades. O resultado revela que estes espaços existem em menos de 15% das universidades. Essa questão para a entrevistada 3 vai muito além de apenas uma sala para amamentação “Então, assim, a gente precisa de um espaço onde tenha brinquedos, lugar para sentar para amamentar, mais que um lugar para amamentar, tem que ter microondas para aquecer, tem que ter banheira, porque talvez a criança vá fazer um cocô que suja a roupa toda. Na minha perspectiva esse é o mínimo que a universidade deveria oferecer, o mínimo”.

Posteriormente foi investigado a existência de brinquedotecas. Os dados mostram que existem em apenas 15% das universidades pesquisadas aproximadamente. Para a entrevistada número 3, “é necessário um espaço mais adequado para as mães com as crianças. Agora na UFSC, que é dentro do CFH, que é o Centro de Filosofia e Humanas, tem uma sala chamado espaço família, mas é assim, é uma sala minúscula dentro de um departamento.” o que deixa a entender que apesar de haver um espaço ele ainda é muito precário e falta melhores condições para as mães com suas crianças. Na pesquisa de Joaquim (2023) a maioria das estudantes que tiveram filhos não consideram que a instituição ofereça condições infraestruturais para que elas permaneçam nos seus cursos e concluam. De acordo com a entrevistada 2 se faz muito

necessário que haja um espaço para as crianças ficarem, como uma brinquedoteca para as crianças ficarem enquanto as mães estudam pois “Se não for questões de trabalho, ninguém vai se importar com a sua questão de você querer estudar ou de você querer fazer qualquer coisa que seja para você que não seja em relação ao seu filho ou sustento, cuidar dos seus filhos não tem essa visibilidade”.

Analisando, por fim, a existência de casa do estudante, em todas as universidades existe a casa do estudante. Porém, em todas as universidades é proibido ter crianças na moradia estudantil. A entrevistada 3 traz uma realidade que os indígenas conquistaram na UFSC, e um exemplo de moradia com criança para mães estudantes. “Aqui na UFSC a gente tem moradia estudantil, mas na moradia é proibido criança. E tem a moradia estudantil indígena, e na moradia estudantil indígena, eles têm direito a acesso às crianças (...)”. quando perguntada se apenas às mães indígenas possuíam esse direito de ter consigo seus filhos ou era para toda a comunidade estudantil a entrevistada respondeu: “Não pode ainda. Só indígena conseguiu. Mas foi uma luta política dos indígenas daqui, uma batalha (...)”.

Na pesquisa feita por Pereira e Abrão (2019) temos dados de como a conciliação das tarefas domiciliares e acadêmicas não é tarefa fácil. A grande maioria responde que é difícil ajustar os afazeres domésticos com os estudos, pois sempre sobra algo feito de qualquer modo. No que tange o cuidado dos filhos na ausência da mãe, 69% das mulheres-mães deixam os pais como responsáveis das crianças em sua ausência. Apesar da maioria ficar com seus pais, 8% das crianças ficam “sozinhas”, com um adulto sempre por perto. Já 8% afirmam que é possível conciliar os afazeres quando se tem apoio da família, o que reforça a importância da rede de apoio às mulheres-mães durante o período na universidade. Sobre o exemplo de moradia, a entrevistada continua: “Eu fiquei sabendo através de uma colega que fez um pós-doutorado que no Catalão tem uma universidade onde tem uma moradia exclusiva para mães solo. Ela fez a pesquisa dela na França(...) e também as moradias são divididas por andar. Então, quem mora sozinho tá em um andar, quem mora de casal está em outro andar, quem tem criança mora em outro andar. E aí, quem tem criança tem um espaço maior, as cozinhas são coletivas, onde as crianças estão sempre cuidadas por todos”.

#### 4.3 AUXÍLIOS

O terceiro conjunto de ações ofertadas pelas universidades foi denominado de “auxílios”, pois trata da existência de RU nas universidades e a extensão dos benefícios para os filhos das mães que fazem parte da assistência estudantil, a existência e valor do auxílio-creche,

se existe prioridade em processos seletivos por ser mãe, se há prazo estendido para conclusão por parte da universidade para as mães e se existe bolsa maternidade para as mães advinda da universidade. Os resultados encontrados estão apresentados no Quadro 5.

**Quadro 5 - Suporte oferecido às mães estudantes universitárias - Auxílios**

<b>Necessidades</b>	<b>RU (Isenção estendida)</b>	<b>Auxílio-Creche</b>	<b>Prioridade em processos seletivos</b>	<b>Prazo estendido para conclusão</b>	<b>Bolsa maternidade</b>
<b>UNB</b>	Sim, para crianças de até 4 anos e 11 meses	R\$ 485	Não	Não	Não
<b>UFG</b>	Nada sobre crianças	R\$ 300 a R\$ 500	Não	Não	Não
<b>UFMT</b>	Nada sobre crianças	Não	Não	Não	Não
<b>UFMS</b>	Nada sobre crianças	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFPR</b>	Nada sobre crianças	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFRGS</b>	Sim, para crianças até 12 anos	R\$ 90	Não	Não	Não
<b>UFSC</b>	Sim, para crianças até 12 anos	R\$ 771	Não	Não	Não
<b>UFES</b>	Nada sobre crianças	R\$ 400	Não	Não	Não
<b>UFMG</b>	Nada sobre crianças	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFRJ</b>	Nada sobre crianças	R\$ 385	Não	Não	Não
<b>UNIFESP</b>	Nada sobre crianças	R\$ 120	Não	Não	Não
<b>UFAM</b>	Nada sobre crianças	R\$ 300	Não	Não	Não
<b>UFPA</b>	Sim, ambos pagam o mesmo valor	R\$ 400 a R\$ 600	Não	Não	Não
<b>UFRR</b>	Nada sobre crianças	Não	Não	Não	Não
<b>UFAC</b>	Nada sobre crianças	R\$ 250	Não	Não	Não
<b>UFT</b>	Nada sobre crianças	Não	Não	Não	Não
<b>UNIFAP</b>	Nada sobre crianças	Não	Não	Não	Não
<b>UNIR</b>	Não	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFAL</b>	Nada sobre crianças	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFBA</b>	Nada sobre crianças	R\$ 360	Não	Não	Não
<b>UFC</b>	Nada sobre crianças	R\$ 281	Não	Não	Não
<b>UFMA</b>	Nada sobre crianças	R\$ 600	Não	Não	Não
<b>UFPB</b>	Nada sobre crianças	R\$ 600	Não	Não	Não
<b>UFPE</b>	Nada sobre crianças	R\$ 350	Não	Não	Não
<b>UFRN</b>	Nada sobre crianças	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFS</b>	Não tem RU, auxílio financeiro de R\$ 400	R\$ 200	Não	Não	Não
<b>UFPI</b>	Nada sobre crianças	R\$ 500	Não	Não	Não

Em relação à isenção estendida no Restaurante Universitário para os filhos de mães que são da assistência estudantil, nos sites da maioria das universidades não havia informações

sobre essa extensão de benefício. Portanto, na maioria das universidades havia o restaurante universitário, entretanto na sua maioria não havia nada regularizado sobre a extensão para as crianças filhas das mães discentes. Ainda, onde não havia restaurante universitário, os discentes contavam com auxílio pecúnia. Em menos de 15% das universidades existe a extensão para os filhos das mães que fazem parte da assistência estudantil. Sendo, uma até os 5 anos incompletos e duas para crianças de até 12 anos, se trata da UnB, UFRGS E USFC respectivamente. Para a entrevistada número 3, a Universidade deveria ser um espaço acolhedor para as famílias, contando com um restaurante universitário em que as mães pudessem levar seus filhos sem acréscimo. Visto que, muitas mães que acessam o restaurante estudantil são da assistência estudantil, sendo assim, se uma mãe não paga no RU, como cobrar a alimentação do filho desta mãe?

Quantas mulheres estão ali e não podem levar o filho no RU, as creches têm recesso, as escolas têm recesso a universidade deveria ter um espaço para acolher todo mundo e segue falando sobre a extensão da isenção do RU “Sinceramente falando Núbia, eu não entendo politicamente das coisas, sabe? Mas para mim tem coisas que não tem lógica. Então, dentro do coletivo de mães, a gente fez um ato no RU no passado por causa da política de permanência, porque a idade é 12 anos e eu batendo nas reuniões, como eu não faço parte da representação, nomeada. Eu batia, como que a gente não pode acessar o RU até os 18 anos, (...) se um aluno hoje chegar na PRAE e dizer, eu preciso de políticas de ações afirmativas, se aquele aluno tiver menos de 24 anos, a PRAE faz ele entregar as documentações financeiras dos pais dele, porque pelo imposto de renda, até os 24 anos se tu tá estudando tu é beneficiário dos pais. E eu, como eu sou contadora, foi a primeira coisa que eu perguntei. Tem que ser 24 anos, porque se eu estou aqui sendo estudante, ganhando bolsa, é óbvio que eu não declaro imposto de renda e eu tenho uma criança é automaticamente que eu sou responsável por ela.

Em seguida foi analisado o auxílio creche e a existência de bolsa maternidade ofertado pelas universidades para as discentes mães. Constatou-se que em quase todas as universidades há o auxílio creche, com valor médio de R\$330,00. Em uma pequena minoria, em torno de 15% não existe o auxílio creche. Isso indica que nessas universidades, apesar de ser um número representativamente pequeno, as mães estão bem atrás no que tange o suporte universitário para as mães. Contudo, o auxílio creche é o principal meio de auxílio às mães, pelo que se pôde perceber na pesquisa. Para a entrevistada 1 o “auxílio creche deveria ser um auxílio maternidade, não um auxílio creche. Porque a creche é até os 3 anos incompletos, e a maior dificuldade é quando a criança vai para escola. Que não tem turno integral, que tu só tem meio turno de aula e aí faz o quê com o restante do turno da criança que não vai estar na creche?”

Também foi constatado que em nenhuma das universidades federais das capitais existe auxílio maternidade para as mães. Em uma única universidade brasileira foi verificada a existência desse auxílio, que é a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que fornece bolsa

maternidade para as discentes mães, por meio do projeto ManU, já citado. A UFOP, por não estar localizada em uma capital, não fazia parte do conjunto pesquisado. Contudo, ela pode ser citada como um exemplo de programa aparentemente bem estruturado de apoio às mães.

O próximo item a ser analisado foi a prioridade em processos seletivos. Em nenhuma das universidades analisadas por meio de site oficial ou outros meios, foram encontradas informações em que constavam que as mães tinham prioridade em quaisquer processos seletivos apenas por serem mães. Evidenciando mais uma vez o desfavorecimento na corrida por benefícios por ser mãe, destacando que, para as mães, não há nenhuma flexibilidade nas exigências da graduação, como as presenças em aulas, horas complementares e horas de estágio. Dificultando a maior a permanência das mulheres no ensino superior e ainda alongando o tempo de permanência no curso (PESSANHA, 2023), visto que, as mães têm a mesma carga que um aluno sem filho, sem flexibilidade nesses quesitos.

A entrevistada número 1 cita como exemplo o ingresso em um mestrado “Para tu conseguir já chegar, sei lá num programa de mestrado pontuando bem, tu precisa ter feito coisas durante a graduação que vão te garantir essas pontuações, e que às vezes para as mães não é possível.” e continua “Existe uma diferença entre uma pesquisadora que é mãe e uma pesquisadora que não é mãe. Quem não é mãe tem compromisso consigo apenas, não tem outra responsabilidade. Quem é mãe, tem a responsabilidade de uma criança, ou um adolescente ou de uma pessoa com deficiência, ou seja, lá qual for a condição da criança. E existe um preterimento, sim. Isso não apenas dentro da academia, mas fora dela também. O próprio mercado de trabalho acaba preterindo mulheres com filhos em detrimento das mulheres sem filhos.” Considerando a fala da entrevistada fica claro que uma mãe não tem como ter o mesmo tempo para estudos sem uma rede de apoio muito bem consolidada, o que ficou evidente na pesquisa que só uma minoria de mães discentes tem esse apoio, portanto seria importante que as mães tivessem prioridade em processos dentro das universidades por não terem o mesmo tempo disponível de uma pessoa que não tem um filho, principalmente em casos de serem crianças.

Posteriormente foi analisada a existência de prorrogação para o prazo de conclusão. A análise desse prazo se trata de um tempo a mais dado para as mães universitárias pelas universidades pesquisadas. Em nenhuma delas foi encontrado algo relacionado. Entretanto, foi sancionada em 2024 uma lei que prorroga o prazo para as mães, portanto sendo lei, não se faz necessário uma normativa específica, apenas conhecimento pelos docentes e técnicos-administrativos para melhor funcionamento do que já é previsto em lei. Embora, isso se enquadre nas maiores dificuldades enfrentadas por mães universitárias para entrevistada

número 1 “Eu acho que assim (...) tem uma série de coisas ali que tu tem que cumprir, e que às vezes para uma mãe é mais difícil, tu conseguir fazer isso (...). Então se for pra colocar o maior desafio, na minha opinião é um conjunto (...) estar numa universidade e muitas dessas mulheres não apenas estudam, mas trabalham também (...)”. Que também concorda com os dados da pesquisa de Joaquim (2023) com 31 participantes, ela descobriu que a maioria das estudantes não recebeu nenhum tipo de auxílio econômico; a maioria das estudantes negam que a plataforma de bolsas da sua instituição considerou o tempo de licença maternidade; A maioria das estudantes negam ter tido acréscimo de tempo em decorrência ao regime especial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como as universidades federais nas capitais brasileiras oferecem suporte às mães estudantes. Nos dados encontrados demonstrou-se que a maioria das universidades não possui um programa específico para mães. Além disso, docentes e técnicos administrativos frequentemente não têm capacitação especializada para atender às necessidades dessas mães. Somente algumas universidades têm normativas específicas voltadas para mães, e, na grande maioria dos casos, o atendimento é gerido pelo departamento de assuntos estudantis. Além disso, foi constatado que a maioria das universidades não possuía creche, fraldário, sala de amamentação, brinquedoteca e nem casa do estudante que aceitasse crianças. Ainda foi verificado que na grande maioria não havia RU estendido às crianças filhas das discentes, tampouco havia prioridade em processos seletivos, prazos estendidos para conclusão, bolsa maternidade e possuíam um auxílio creche de R\$330,00 em média.

Com base nos resultados, pode-se perceber que as mães vivenciam um maternar na universidade sem muitos suportes estruturais, com poucos auxílios e uma organização interna precária. O suporte à mãe universitária deve começar na gravidez, que também muda a vida da mulher. Entretanto parece que a preocupação maior das universidades é com os alunos que têm necessidades socioeconômicas em geral do que especificamente as alunas que são mães e precisam de suporte.

Contudo, o trabalho em questão pode ajudar os gestores e as mães. Os gestores podem implementar mudanças significativas, como sala de amamentação, criar creche, salário maternidade, um departamento específico para atender as mães e assim ajudá-las nessa trajetória. Já as mães, espera-se que fiquem mais cientes dos seus direitos garantidos por lei e com isso busquem ser melhores auxiliadas na universidade.

A seguir, analisaremos os pontos críticos e os potenciais defeitos que surgiram ao longo do estudo. Primeiro, constatamos a pouca documentação disponível nos sites e canais oficiais das universidades. Além disso, obtivemos um número reduzido de entrevistadas devido à limitada disponibilidade de pessoas para entrevista. O estudo foi restrito às faculdades públicas, e talvez os resultados fossem diferentes se incluíssemos também universidades privadas. Por fim, a pesquisa abrangeu apenas as universidades federais das capitais, o que representa uma pequena amostra em comparação com o total de universidades federais existentes no país.

Com base nas conclusões e nas limitações identificadas neste estudo, é fundamental

considerar direções para pesquisas futuras que possam aprofundar a compreensão do tema e superar as lacunas existentes. Essas sugestões visam não apenas corrigir as limitações encontradas, mas também explorar novas dimensões e questões emergentes que se revelaram ao longo do trabalho. Poderiam aumentar a amostra, criar um grupo de discussões apenas com mães, fazer uma pesquisa qualitativa e quantitativa com mães de outras classes, em outras posições, como professoras, funcionárias etc. buscando comparar os resultados, se haveriam os mesmos problemas etc.

Ainda assim, o significado do ser mãe, nos leva a pensar como essas mães também desempenham outros papéis, como o cuidado com os familiares, muitas vezes idosos, que também é um ponto a ser considerado quando se trata de visualizar as dificuldades das mães universitárias, pois podem interferir diretamente em sua vida acadêmica. Por se tratar de teor privado, esse tipo de situação não é considerado quando se pensa em políticas públicas de assistência estudantil na universidade.

Em resumo, as mães enfrentam uma série de desafios relacionados à falta de apoio e políticas públicas adequadas. Portanto é crucial que os gestores públicos e as instituições de ensino considerem o direito das mães universitárias e criem políticas que atendam às suas necessidades específicas. E que seja dada visibilidade a essa causa que é tão justa e necessária, para as mães que muitas vezes se veem sem rede de apoio, que a universidade seja esse apoio.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 1151, de 06 de mai. 2022. Autora: Sâmia Bomfim. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 06 mai. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 1654, de 20 de março de 2019. Autor: Pedro Cunha Lima. **Câmara dos deputados**, Brasília, DF, 20 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de jul. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 OUT. 1969.

BRASIL. Lei nº 14.952, de 6 de agosto de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica. **Presidência da República**. Brasília, DF, 6 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 1975.

FONAPRACE [Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis]. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019.

GIL, A. C. **Utilização de documentos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa. Tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3. São Paulo, 1995. Acesso em: 7 ago. 2024.

GOV [Governo Federal]. **Presidência da República**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/presidente-sanciona-lei-que-amplia-prazos-para-pais-e-maes-academicos>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GOV [Governo Federal]. **Universidades Federais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/universidades-federais>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GUTMAN, L. **A maternidade e o encontro com a própria sombra**. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010. Disponível em: <<https://idoc.pub/queue/a-maternidade-e-o-encontro-com-a-propria-sombra-laura-gutmanpdf-d4p7md70o64p>>.

GUTMAN, L. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. – Brasília, DF, 2021.

JOAQUIM, A. R. de S. **Mulheres, mães e universitárias: uma pesquisa sobre as políticas de permanência para estudantes que se tornam mães nas universidades públicas paulistas**. 2023. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências - Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2023.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p. 149-157.

MARIA BEATRIZ GIUSTI. Senado aprova regime especial para estudantes que não podem ir à escola. **Correio Brasiliense**. Brasília, 17 de jul. 2024. Disponível: <[https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/07/6900462-senado-aprova-regime-especial-para-estudantes-que-nao-podem-ir-a-escola.html#google\\_vignette](https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/07/6900462-senado-aprova-regime-especial-para-estudantes-que-nao-podem-ir-a-escola.html#google_vignette)>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MEC [Ministério da Educação]. **Cursos e Instituições**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MEC [Ministério da Educação]. **Portaria nº 604, de 10 de maio de 2017**. Sobre a amamentação nas áreas de livre acesso ou de uso coletivo em instituições do sistema federal de ensino. Brasília, DF, 11 mai. 2017.

MOURA, S. M. S R. de; ARAÚJO, M. de F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia ciência e profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.

MOVIMENTO PARENT IN SCIENCE, Poa. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/>>. Acesso em: 13 set. 2023).

PEREIRA, A. L. L.; SANTOS, B.G. dos; SILVA, L. R. da. Mães Universitárias: a luta pela conciliação da maternidade com a universidade. **South American Development Society Journal**, [S.I.], 4 set. 2022. v. 8, n. 23, p. 15.

PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PEREIRA, K. L.; ABRAO, K. R. A mulher na família e na universidade e as transformações sociais. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 17, p. 281–301, 2019.

PESSANHA, L. F. Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação. **Revista de Gestão e Secretariado (GeSec)**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 306-331, 2023.

SAALFELD, T. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande - FURG**. 2019. 112 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2019.

SCAVONE, L. As múltiplas faces da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, 13 p. 1985.

SILVA, J. L. de C. e.; FERNANDES, M. W.; ALMEIDA, R. L. F. de. Matemática: Estatística e Probabilidade. 3. ed. Ceará: UAB/UECE, 2015. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554261/2/Livro%20Estatistica%20e%20Probabilidade%20.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SILVA, J. S. da. **Formação de professores: os desafios das mães universitárias no curso de Pedagogia da UFRJ**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**. n. 2, p. 177-201, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Assistência estudantil**. Disponível em: <<https://unb.br/estudante/servicos/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de administração da Universidade de Brasília Nº 0023/2024. **Boletim de Atos Oficiais da UnB**. Regulamenta a Política Materna e Parental da Universidade de Brasília destinada às discentes e servidoras(es) docentes e técnico-administrativas(os) que exercem a maternidade e a parentalidade. Brasília, 30 jul. 2024. Acesso em: 5 ago. 2024.

UNIR [Universidade Federal de Rondônia]. Disponível em: <<https://unir.br/homepage>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

UFAPÉ [Universidade Federal do Agreste de Pernambuco]. Disponível em: <<http://ufape.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

URPIA, A. M. O. de; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. Bahia, v. 2, n. 4, p. 30-43, 19 jan. 2009. Disponível em:

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. 201 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

VIEIRA, A. C.; SOUZA, P. B. M. de; ROCHA, D. S. da P. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, v. 13, n. 25, p. 532–552, 2018.

## APÊNDICE

### TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

#### A) ENTREVISTA 1

**1. Há quanto tempo existe esse projeto? Como aconteceu? Por que se dispôs a lidar com isso?**

R: “(...) Desde 2017 eu atuo nessa área e também pesquiso essa área. Em 2017 fundei com outras pessoas um coletivo de mães e fiquei na representação dele até 2022. (...) Tem coisas que os coletivos eles não dão conta porque eles não têm CNPJ (...). Eu estou nessa função, nessa luta por permanência materna desde 2017, então fazem 7 anos.”

**2. Por que não melhoraram, ou o que fazer para que aconteça?**

R: “Interesse político. Não um interesse político partidário, (...) de que as instituições façam. Nas universidades onde tem uma reitoria mais aberta, tem servidores e docentes mais engajados, as coisas acontecem com mais rapidez do q naquelas onde tu tem apenas os movimentos pressionando para que as coisas aconteçam. E tá sendo uma questão não porque as universidades são legais e tão pensando nisso, não. Isso começou a ser uma questão a partir do movimento do coletivo de mães que eles iniciaram ali por 2010 (...). Movimentos sociais eles são os principais protagonistas nessa transformação porque a instituição não pode negar a pressão que ela recebe dos movimentos sociais estudantis que estão dentro da instituição.”

**3. Houve algum avanço nos últimos anos?**

R: “Claro. A gente está discutindo uma política de permanência materna, a nível nacional, tivemos um avanço sim, uma série de ações que acontecem, foram adotadas sobretudo depois da pandemia. (...)”

**4. Você conhece outras experiências positivas, de outras universidades ou países que poderiam ser aplicadas no Brasil?**

R: “(...)Eu acho que a gente precisa de mais pesquisas para saber isso. (..) É meio complexo a gente comparar (...) a gente tem autonomia universitária aqui no Brasil, que cada universidade tem as suas decisões que não podem ser atropeladas pelo Estado brasileiro. Então, às vezes isso inviabiliza algumas ações, que poderiam estar dando muito certo se elas fossem replicadas(...). Interesse político das pessoas que estão na gestão de fazer com que as coisas aconteçam.”

**5. Em geral, como você descreve a relação com o governo nessa negociação para conseguir mais direitos para as mães? É tranquilo lidar com eles?**

R: “Não, nunca é. Eu acho que ninguém que trabalha em comissões ou grupo de trabalho. Isso não é só esse grupo de trabalho, mais outros movimentos, outros grupos de trabalho, outros ministérios que não MEC. Relatam, basicamente a mesma dificuldade, de diálogo(...). A gente foi recebida, não partiu dele (MEC) essa iniciativa. Isso partiu como uma demanda da sociedade civil que o Estado tem que responder. Fomos acolhidas quando batemos à porta, não porque o

MEC é flores e acha que isso é super importante (...), porque ele também tem interesses políticos nisso (...). Não é fácil, é desgastante, mas é uma esperança (...) conseguimos chegar, é uma vitória (...). Quando chega uma demanda para o Estado vinda de uma organização constituída com esse cadastro de pessoa jurídica, ele é obrigado a responder. Ele tem que responder, ele não pode não responder (...). As coisas estão caminhando, mas não é fácil, nada é dado, tudo é a partir de muita luta (...).”

## **B) ENTREVISTA 2 – representante de coletivo de universidade do Nordeste.**

### **1. Há quanto tempo se dispôs a lidar com isso? Como aconteceu?**

R: O coletivo iniciou em 2020 e desde então eu fiquei à frente por conta da disponibilidade mesmo das pessoas. Quando eu entro na universidade, eu já entro com meu filho com 10 anos. Então, ele já não precisava de dedicação exclusiva minha. Eu, sendo mãe solo e ele já não precisava tanto, então eu consegui assumir essa responsabilidade enquanto outras mães estavam com filho pequeno e foi no início de 2020, então depois, veio a pandemia, deu uma afastada, aí o coletivo ficou somente nessa atividade virtual e depois que começou a atividade presencial, aí eu contei com outras ajudas, mas entre em idas e vindas eu permaneci. Então, aí eu fico como representante por conta dessa disponibilidade, mesmo.

### **2. Na sua opinião, como está, quais os maiores desafios atuais para as mães universitárias?**

R: Então agora eu faço parte do GT de permanência, materna, então eu consigo ampliar a minha visão, mas o que acontece é que nem todo mundo, por exemplo, do coletivo, tem noção da situação nacional há não ser que estude. No meu caso, eu Sou do coletivo e pesquiso maternidade. Iniciando o TCC, mas já venho pesquisando maternidade, já tem um tempo e aí a gente consegue entender que é uma situação que o cenário ele é crítico (...). Então hoje a gente tem um avanço em maior número de acesso de pessoas de periferia na universidade, de pessoas negras, pessoas quilombolas, pessoas indígenas. Mas as mães desses grupos, elas ainda estão ficando em casa, porque é uma relação que ela em todos os cenários, em todos os grupos sociais, a maternidade é um fator que coloca a mulher sob controle de outras pessoas. Então você passa a ter um domínio maior da mulher, da pessoa a partir do momento que ela se torna mãe. E aí você, a partir desse momento se torna mãe, você tem é aparentemente, automaticamente, uma responsabilidade que parece ser só sua, que é como se não existisse uma outra. Então, dentro dessa relação, em que 2 ou mais pessoas ficariam responsável, você fica responsável sozinho, então você é a que não vai poder colocar o estudo à frente. Então, o cenário ele é isso. Mas quando a gente vai discutir com as universidades e a gente vai conversar, é sempre a questão do pecuniário. Então eles vão sempre enfatizar que não se tem por conta do dinheiro, mas nem tudo é questão de dinheiro, porque que até ontem, a gente não tinha uma licença maternidade? Como que a gente chegou até aqui sem pensar que um regime domiciliar ele teria que ser menos burocrático, porque no período em que você tem uma criança, no momento que você pari uma criança, você não vai ter essa disposição de encaminhar todas aquelas documentações que são exigidas em alguns lugares exigidas que sejam levadas presencialmente no colegiado. Então nem tudo é sobre dinheiro, e sim da questão de você olhar quem são as pessoas que precisam disso. Então quando não se olha, é porque tem um motivo, quando se trata de um caso, dois casos é uma coisa. Quando você está falando de um de uma enorme população, é um plano, então a gente hoje vê que é caótico.

### **3. Por que não melhoraram, ou o que fazer para que aconteça?**

R: A gente precisa de uma política aprovada. Hoje é isso, a gente tem essa criação desse grupo de trabalho, junto Ministério da educação para buscar esses estudos. A gente não tem uma política é aí que está o ponto. A gente está em 2024 e nunca analisou que havia um público que tem acesso dificultado, que tem a permanência dificultada que são as mães, a gente não tem dados porque nunca se importou com esse grupo. Se a gente até hoje, tem pesquisas amplas, robustas sobre como são as universidades, de qual perfil dos estudantes, que inclusive a pesquisa da andifes e nem essa pesquisa consegue tratar dos dados de relacionados à maternidade, porque não se foi observado que era um grupo que precisava de atenção, então o que a gente precisa mudar é isso, porque a gente precisa evidenciar que é um grupo que precisa de atenção. E para isso a gente precisa comprovar através de dados. Então esse GT, ele tende a fazer com que essas mudanças possam acontecer, porque sem a aprovação de uma política, a gente vai cair nisso de estar sempre um grupo de mães(...) indo falar com sua própria universidade sobre demandas básicas e tendo as respostas mais absurdas possíveis em relação a isso e comemorar vitórias como ter fraldários. Então a gente vai continuar comemorando pequenos avanços se a gente não tiver uma política nacional implementada, que seja dedicada, igual outras, que dê atenção para o grupo de mães.

### **4. Houve algum avanço nos últimos anos?**

R: É isso, né. A gente não pode ignorar os avanços, mas é muito simbólico ainda porque a gente realmente é isso (...). Enquanto a gente está lidando com mães sendo expulsas da sala de aula, quando a gente está lidando com mães que não consegue concluir a graduação, quando a gente sabe que as pessoas estão sendo preteridas na seleção, quando estavam em gestação, então, são muitas questões(...). Ainda diante do cenário que a gente tem algumas universidades que permitem crianças dentro das residências, mas são tão poucas. São tão poucas e a gente consegue ver que tem alguma coisa. A gente tem como se espelhar(...) Então, e assim está a passos muito curtos porque é isso, a gente não consegue ter um diálogo porque os coletivos e as frentes que conseguem ter diálogo com as reitorias não são as de mães. Em geral, quando se tem reuniões com mães e coletivos de mães não se dá essa abertura para se levar a criança, então tem sempre um jogo de poder.

### **5. Você conhece outras experiências positivas, de outras universidades ou países que poderiam ser aplicadas no Brasil?**

R: Nunca estudei sobre permanência de mães fora do Brasil. Acho que espelhar o que já tem implementado, eu não identifiquei nada que seja exemplo, mas o que nós temos de mais avançados se dá no Rio de Janeiro, na UFF que foi precursora em relação a esse debate, implementação, que tem as suas burocracias, tem as suas fragilidades, mas que é realmente um avanço. É a UFRJ, que também tem uma lista grande de auxílio e questões que são voltadas a permanência das mães. Chamaria de exemplo, mas conhecendo assim os pormenores, a gente sabe também que tem ali os seus perrengues, mas, em todo caso, colocaria a UFRJ como exemplo. Para fora do Brasil eu nunca cheguei a estudar, ou pesquisar.

### **6. Na minha pesquisa, percebi que o atendimento às mães não é algo específico, e sim sempre ligado aos programas de assistência estudantil. Na sua opinião, por que isso acontece?**

R: Porque em tudo que envolve a maternidade se dá esse lugar de que é em relação a custo, ao pecuniário mesmo, e que nem sempre é como eu te disse(...). A gente não tá falando só da assistência estudantil, ela é muito importante, mas não é só ela, entendeu? Não é só isso que está afastando as mães. A gente está lidando com outras questões que não são só estas, está lidando com questões burocráticas também dentro das universidades e isso a gente não vai conseguir se for só jogado para a assistência estudantil, porque a gente sabe desse déficit, em relação ao repasse da assistência estudantil e sabe também de todos os perrengues que a própria universidade pública já passa. Então, se colocar as necessidades permanentes das mães nesse lugar somente da assistência estudantil a gente não avança. A gente vai avançar bastante, mas ainda assim a gente vai cair na burocracia dentro da universidade.

### **7. Como é o contato das mães com a universidade? Tem um meio de contato facilitado?**

R: (...) A gente tem muita dificuldade de se reunir entre nós (...). A gente tem muitas mães solas em geral, e a gente tem muita dificuldade de se reunir, então acaba que a gente demora muito para tomar algumas decisões. Mas hoje especificamente, (...) a gente tem uma abertura para conversar, não que tenha avançado muita coisa, até agora, a gente não tem fraldário, por exemplo, mas (...) a gente teve a primeira conversa com a reitoria, enquanto coletivo de mães, porque entendia que a necessidade das mães era a creche. Então, aí a creche é da pró reitoria de assistência estudantil. Não havia se pensado que havia outras demandas que eram atinentes a esse grupo. Então quando a gente foi conversar com a chefe de gabinete que ela entendeu que havia mais coisas que deveriam ser trabalhadas e agora a gente marcou uma nova conversa, mas isso tudo por conta das demandas das mães do coletivo. Então o meio de campo que a gente tem hoje só é ela basicamente(...). Antes a gente não tinha nem isso, então hoje a gente consegue ter um contato outro, mas isso não chega diretamente na reitoria. Hoje (...) tem um projeto, que é o projeto mãos dadas, que tende a ouvir as demandas do coletivo para tentar tirar toda essa burocracia que há e ver por onde pode trabalhar. Então a gente vai começar a ver agora os avanços, porque é isso, A primeira coisa que me falaram já foi um não antes mesmo de eu explicar o que era. A primeira conversa, era tipo, a gente não tem dinheiro para certas coisas (...). A gente ainda não sabe como vai ser a creche, mas não é só isso. Então você está falando uma coisa muito importante que é a questão da creche, mas quando se trata disso e esse é o erro não só da reitoria ou de quem me atendeu, é em geral, dos movimentos sociais é entender que a demanda das mães é a creche, e é somente isso, resolver a questão de creche resolve o problema das mães (...), mas se entende que a necessidade das mães são somente a creche e não é isso. A gente tem uma lista de coisas que a gente não tem (...) existe uma série de coisas que a gente pode conversar e que não são relacionadas a creche, por exemplo. Aí que houve essa abertura, mas agora que a gente vai levar uma apresentação mais elaborada em relação, inclusive as propostas do GT (...).

### **8. Como a universidade trata do assunto? Já tentaram algo que não deu certo?**

R: (...)Eu não diria que a gente teve algum não. Porque esses foram os primeiros contatos com a reitoria. É um coletivo antigo, de 4 anos, mas é muito novo de ações, muito novo. A gente tá em processo de regimento ainda, então é antigo, porém bem novo.

## **C) Entrevista 3 –membra de coletivo de mães no Sul**

### **1. Há quanto tempo se dispôs a lidar com isso? Como aconteceu?**

R: (...) Eu tive um processo de acolhimento por parte da minha orientadora durante os processos de seleção que eu participei (...) ela foi indicação de um outro professor e ela me acolheu como se eu fosse aluna desde o início do meu primeiro contato com ela. (...) Após o meu ingresso, após eu conseguir ter a minha carteirinha de estudante, eu fui acessar restaurante universitário com a minha filha e aí, nesse ingresso, eu passei por um assédio por alguém da administração do RU. E eu não imaginava que a gente não podia entrar com os filhos dentro do RU, eu não imaginava essa situação (...). Não conseguia conceber num ambiente público que estuda a educação, que estuda a inclusão, que estuda a infância e todos os direitos da infância (...), a gente tem ali todos os debates sociais referente a isso e a gente ao mesmo tempo passa por represálias, como se tivesse numa iniciativa privada. Como era um paradoxo para mim, com a questão do acolhimento e do acompanhamento que eu tinha com a minha orientadora. Então do nosso núcleo de pessoas que ela orienta, são só 2 mães de 15 pessoas e ela sempre teve esse cuidado com as mães. Tipo, “olha, você não tem o mesmo tempo que os outros colegas”, então ela sempre dá menos trabalho, tarefas do núcleo ou ela sabe os horários, que a gente não tem condições de ficar atuando final de semana, essas circunstâncias todas da maternidade. Então, a partir daí, eu compartilhei sobre isso com no núcleo da pós e aí alguns colegas me deram algumas orientações e eu entrei então como participante do coletivo de mães da UFSC. Foi ali que eu tive esse contato e eu fui até o programa de ações afirmativas. Eu fui atendida pela pró-reitora de ações afirmativas que para o meu espanto, ela teve uma atitude tão igual ao administrador do RU. Inclusive, ela teve atitudes assim, de bater a mão na mesa e dizer que a gente tinha que respeitar as regras, que a gente não poderia entrar no RU e para mim é uma coisa que não faz sentido, né? Eu sou formada em contábeis. Como que uma universidade se nega a dar comida? Sei lá, para 30 crianças que seja, sendo que na UFSC a gente tem o NDI que é a escola de educação infantil e a escola de aplicação, que é, o ensino fundamental e médio. Aí eu fiquei por dentro de todas as políticas de permanência da maternidade, inclusive mudei a minha pesquisa por causa disso. Hoje eu pesquiso a maternidade na universidade e as políticas de permanência para as mães negras exclusivamente e elas não têm acesso, não é todas que tem acesso ao RU, somente as mães isentas dentro da universidade. A gente tem um auxílio creche oferecido pela UFSC as da graduação, da pós-graduação não é atendida pelas políticas de permanência, então eu não faço parte dessa assistência. Tem um auxílio creche aqui em Floripa, a gente é a capital com o maior custo de vida do país. Então, o auxílio creche é R\$700,00 por mês, sendo que a gente não consegue nenhuma creche aqui por menos de R\$1.500,00 meio turno. Então, uma mãe não tem condições nem de aderir a essa política de permanência e é devolvido esse valor mensalmente para o governo federal, porque as mães, só tem 2 mães que conseguiram aderir a essa política de permanência e usufruir dela, porque precisa ter nota fiscal da creche e é uma burocracia. E eu nem pesquisei a questão econômica dessas 2 mães, mas provavelmente são mães que dispõem de R\$500 reais ou R\$700 para pagar a diferença que cobre. (...). Tem que ser creche, tem que ser uma nota fiscal registrada (...) aqui em Floripa a maioria das pessoas que cuidam de crianças também são estudantes e aí, se eles fornecem nota fiscal, eles perdem os auxílios. Então, assim, os auxílios hoje, na minha pesquisa, eu somei as os auxílios todos. Então dá R\$1500,00 se a mãe for beneficiada de todas as políticas de permanência, só que um aluguel aqui de um kit net é R\$1500,00. Fora o custo de vida, que o custo de vida é muito, muito alto, então existe uma precarização desses estudantes para eles estarem em sub empregos se suprindo só de viver, e aí vende-se essa ideia de Floripa, que a gente está na ilha da magia, que é um lugar bom de se morar e realmente tem coisas boas, não é? A gente tem uma assistência de saúde muito boa, a gente não tem problema de segurança, principalmente para nós mulheres. Os índices de estupro, violência contra a mulher no ambiente público, assim, tipo de agressão é muito baixo. Essas agressões são muito mais ver com classe média em ambientes de festas de alta elite do que para quem é, nem se diz mais pirâmide não é, mas quem é da base da sociedade, a gente não tem tantas

agressividades, então realmente é um lugar bom de morar. Minha filha tem 11 anos, ela pode pegar ônibus sozinha para ir para escola, voltar sozinha. Então tem os prós e tem os contras, mais ao mesmo tempo, a gente fica sempre sujeito. Os aluguéis aqui, é um lugar que a gente sofre muitos assédios, (...) é um lugar muito úmido, aqui chove muito por ser próximo do mar, tem muito problema de umidade, passar dias chovendo ou dias nublados e aí os ambientes não tem posição solar, não tem 2 janelas para ventilação, então mofa tudo dentro de casa e a maior parte das pessoas vivem dentro desses ambientes, principalmente as mulheres. Então a maior parte das mulheres negras mora dentro de uma favela. As favelas aqui são mais estruturadas que nos outros lugares do país, as casas são de alvenaria, tem um saneamento básico, uma coleta seletiva de lixo mas (...) as favelas são num morro e só alguns desses morros que passa transporte público e tem creche. Então elas precisam descer o morro para acessar a universidade, para acessar a escola, para acessar a creche, para buscar comida, normalmente Uber também não vai lá, então elas têm que subir com as sacolas, as crianças, toda essa situação.

**2. Já nesses lugares mais isolados, que são as favelas que você citou, no caso lá os aluguéis são mais baratos?**

R: (...) São mais baratos e normalmente não tem cota de luz e água, então eles são gatos de luz e água e aí elas não pagam, elas não tem esse custo de luz e água, precisam pagar a internet e normalmente (...) antes de começar a subir o morro, você paga R\$1500,00-1700,00 o aluguel. Quando você começa a subir quanto mais alto no morro mais barato fica. No alto ou no topo do morro, se chega a pagar R\$800,00-900,00 de aluguel livre de água e luz. Por ser livre de água e luz, às vezes eles não têm água, principalmente no verão, porque a cidade fica superlotada. Não chove, normalmente, de outubro até metade de janeiro são secas, e essas águas vêm das vias fluviais, dos morros e aí eles secam e não tem abastecimento de água.

**3. Então, meio que do abraço da sua professora que você entrou nesse meio para estudar e defender isso?**

R: Na verdade, foi mais a questão do RU. (...) Eu jamais imaginei que dentro da iniciativa pública, principalmente como estudante, eu passaria por uma situação semelhante, principalmente por estar vindo de um acolhimento de 2 anos, de uma orientadora que tinha esse cuidado da questão da minha maternidade. E tanto que quando a gente conversou pela primeira vez, era pandemia, a gente conversou online e uma das primeiras perguntas que eu falei para ela que eu não queria que um mestrado ou um doutorado, voltar a estudar, atrapalhasse minha maternidade, porque eu tinha aberto mão de uma vida profissional para ser mãe, (...) eu abri mão porque também abriu mão de mim por eu ser mãe solo, por eu estar num ambiente sempre sozinha. Então ela disse “não, você vai ter todo o acolhimento e tal”, então ela sempre teve essa atitude, é algo muito individual e eu vejo que também é muito raro, eu sou uma das poucas alunas que tem esse acolhimento das outras mães que eu ouço falar, e que a gente conversa e tal no coletivo, são poucas as que têm acolhimento dos orientadores ou de professor.

**4. Na sua opinião, como está, quais os maiores desafios atuais para as mães universitárias?**

R: (...) Eu me sinto hoje como uma mulher de uma elite da universidade por estar na pós, e não só por isso, mas eu ter adquirido mesmo dentro de uma perspectiva de gênero e raça, uma estabilidade econômica que muitas não têm, não é uma estabilidade, eu não sou rica, eu não tenho grandes privilégios, mas perto do que eu vejo das outras mães, eu tenho, sim privilégio.

Só o fato de eu ter uma bolsa de R\$2100,00 já me coloca num outro lugar que elas não têm. Então eu não preciso me preocupar com quem vai ficar com a minha filha à noite para eu precisar ir trabalhar num bar de garçom ou de garçonete, eu não preciso dessas coisas. Eu tenho um imóvel também no Rio Grande do sul, então lá eu alugo um imóvel de 2 quartos que não cobre o aluguel de um lugar de 2 quartos aqui porque lá eu ganho R\$950,00 mas acrescenta, a minha renda, entende e elas não tem isso. Então, assim, o que eu vejo é que elas veem a universidade como uma porta de entrada para que mude a perspectiva socioeconômica delas e da família. Então, com a abertura das ações afirmativas e da lei de cotas, muitos estudantes viram e foi vendido de forma também pública e política a ideia de que a gente ia ter uma ascensão. Mas essa ascensão dentro de uma perspectiva de raça e gênero, ela é muito pequena. Porque sempre a gente está nesse lugar da luta, ou de se esconder, ou de negar a maternidade, ou de fingir que a maternidade não vai atrapalhar os estudos, na verdade quem nos atrapalha não é a maternidade, quem atrapalha é a própria sociedade que não nos dá respaldo de um lugar de acolhimento. Então, por exemplo, na semana passada a gente no coletivo de mães, a gente ia dar uma entrevista para TV local sobre a aprovação do Senado da lei de auxílio maternidade de 120 dias. E aí nós temos 2 mães que são mães de bebês de colo, que estão amamentando, são lactantes. Uma o bebê está com 1 mês e meio e ela não conseguiu ficar na universidade para dar entrevista porque o bebê começou a chorar e não tinha um lugar onde a gente pudesse ficar que aquela criança poderia chorar e ela acalmar a criança de forma tranquila, porque todos os lugares a gente estava atrapalhando ou fazendo barulho. Então isso já é um ponto muito difícil, porque expulsa a mãe de dentro da universidade. É óbvio que o barulho da criança vai incomodar e a gente tem que sair fora de aula, todo mundo sabe. Então, por exemplo, se eu estivesse aqui conversando contigo, de repente, uma criança começa a gritar, é difícil. Talvez a gente ia ter que parar, recomeçar(...). A gente precisava ter um espaço, a UFSC é dentro de uma fazenda, é um lugar muito grande assim, muito arborizado, tem muitos parques. A gente tem um centro aí, um parque, um centro, um parque. Então tem espaços onde a gente poderia ter salas de acolhimento para essas mulheres, para elas irem lá conseguir acalmar a criança também se acalmar(...). Então, quando a gente fica nervosa, a gente sabe que a criança também fica, então assim ter um espaço aonde a gente vai lá, vai brincar com a criança, (...) Porque a gente está estudando isso ali dentro a gente tem “N” pesquisas sobre interseccionalidade, gênero, raça e classe, a gente tem que pesquisas sobre parentalidade, a gente tem pesquisas sobre questões sociais, da maternidade. Então como que dali não sai o molde de sociedade, sabe?

##### **5. Por que não melhoraram, ou o que fazer para que aconteça?**

R: É para ser sincera? A minha perspectiva, principalmente como pesquisadora desse ambiente, é que é um espaço que a gente continua precarizando (...). Por que que o Brasil não tem creche suficiente para as crianças? Por que que o Brasil, com toda essa evolução, a gente sabe que todo a questão de maternidade hoje, de quantidade de filhos, é dentro de uma perspectiva principalmente de classe e de raça, a maior quantidade de filhos são mulheres negras, periférica. Porque a gente tem esses vieses de precarizar essas pessoas, uma mulher com filho, ela se sujeita a qualquer tipo de trabalho para se sustentar. Uma das minhas pesquisadas já vendeu cachaça na rua, já se prostituiu, são estudantes universitárias. Então, é uma precarização(...).

##### **6. Houve algum avanço nos últimos anos?**

R: Como pesquisadora, eu digo que sim. Sim, teve evolução sim. Mas é uma evolução muito pequena. (...). Como gente? não é só sobre os alunos, é também sobre as funcionárias que estão ali. Sem contar que se você vai levar seu filho na universidade à noite, pelo menos aqui em Floripa, é outra universidade. Dia é um jeito, de noite é outro jeito. E é um jeito marginalizado

a noite. Como que a gente vai estar com os filhos dentro da universidade? A UFSC a gente não tem iluminação direito à noite. A gente não tem muitos perigos aqui, mas a um ano atrás, todos os assaltos, sequestros, estavam acontecendo dentro da universidade. E aí, fui conversar com os rondas, eles dizendo, ” olha, por que que eles não iluminam, se iluminar, a gente consegue ver”. Ou ” por que que não botam mais câmeras?” tem um monte de câmeras que não estão funcionando. Aqui é um lugar que tem sempre sol, a gente estuda a questão de fotovoltaico, por que que não tem iluminação fotovoltaica dentro da universidade? É uma coisa que, parece que o nosso conhecimento é sempre vendido pela universidade privada, sabe, ou para a iniciativa privada de um modo geral. O público fornece toda uma estrutura ou da desestrutura que tem a gente forma grandes pesquisadores para a iniciativa privada, não aproveita pra nada.

**7. Você conhece outras experiências positivas, de outras universidades ou países que poderiam ser aplicadas no Brasil?**

R: A entrevistada deu um exemplo que já foi citado no texto anteriormente e continuou “(...) É muito louco quando a minha filha era pequena, a gente sempre ia em shows e vários lugares juntas. Óbvio que eu não entrava em casa noturna, mas, por exemplo, a tinha um show de blues numa hambúrguer ia com ela na idade mais menos da tua filha. E quantas vezes eu cheguei nesses lugares com uma criança 9 horas da noite e as pessoas tudo paravam para me olhar. Eu pensava, por quê. Era só um hambúrguer, não era um restaurante ou sei lá, um lugar assim e sempre foi olhado tipo com um ar de exclusão e aí é negar também a cultura para mim nesse momento, é negar também a cultura para criança. Então, o que que é cultura de criança? Galinha Pintadinha? Por que que a criança não pode estar no Carnaval? Por que que tem que fazer um Carnaval específico para criança? Por que tem que fazer uma Festa Junina específico para criança? porque a gente não sabe como viver com elas.

**8. Em geral, como você descreve a relação com o governo nessa negociação para conseguir mais direitos para as mães?**

R: Eu faço parte de uma maneira indireta(...). Então, eu acho que eu peguei um momento muito bom político(...) e uma das coisas que eu sempre digo, (...) é que o momento da gente pedir direitos é agora, porque quanto mais a gente tiver agora, menos a gente perde depois numa possível troca. Eu acredito que no Brasil economicamente o nosso governo, ele todos, é indiferente de posicionamento, eles visam demais o lucro de algumas iniciativas privadas, e alguns monopólios que têm domínio econômico do Brasil. E nessa perspectiva, a gente também sofre. Então a gente como mãe e estudante, a gente acaba estando nesse lugar da precarização. Porque é aquilo que eu comecei nas conversas, tipo quanto mais precarizado a gente estiver, mas a gente vai se sujeitar a qualquer tipo de emprego para poder ter comida na mesa para 2 pessoas, no mínimo 2. É nós e mais alguém ou mais alguém se tem mais que um filho. Então sinceramente falando, eu acho que é também, talvez não seja direto, sabe? Eu não tenho conhecimento político para tudo isso, mas acho que de uma forma indireta a gente continuar nesse lugar opressão, de dominação, se a gente for analisar a sociedade a gente sempre teve. Então teve a escravidão, hoje a escravidão das mulheres. A gente, de certa forma, é um novo modelo de escravo, principalmente mulher mãe. Se a gente não tem uma família para nos ajudar, eu sou uma pessoa dessa. Por mais que eu tenho uma vida tranquila economicamente, eu não tenho uma família para me apoiar. Eu moro aqui, só eu e minha filha. Tipo, hoje mesmo o pai dela manda mensagem dizendo que talvez não vá buscar ela para as férias. Então, são 365 dias exclusivamente comigo, responsabilidade minha. Se eu chegar hoje e fazer as malas, entregar lá para o pai dela e dizer eu não quero mais. Como que o sociedade vai me ver?

### Uma abandonadora...

R: E ele pode abandonar? Sabe, e eu acho que assim, desse movimento político exclusivo com mulheres hoje eu vejo que o pior ainda é nós mulheres. Quando a pró-reitora da PRAE começou a gritar comigo dentro da PRAE que eu deveria respeitar as regras da normativa de acesso ao RU, eu pensei, imagina se fosse um homem? E ela também é uma mulher solo, também foi uma mãe solo. Então ela está defendendo quem? Se a gente está lidando com dinheiro público. Quando comecei a participar, a gente construiu uma minuta de política, gestões afirmativas para as mães que está para ser aprovado aqui da universidade. Quando eu participei de 2 reuniões, eu fiquei pensando assim, nós, estudantes, estamos escrevendo a minuta que deveria ser construída pela PRAE. E eles têm uma equipe responsável para isso, não é nós que tem que construir isso, eles deveriam chegar, “a gente está pensando em fazer isso, isso e isso para melhorar a vida de vocês, abrange?” “Vocês precisam de mais alguma coisa?” E não simplesmente fazer a gente construir aquilo que a gente precisa. Como que dentro de uma universidade, com todas essas pesquisas ninguém sabe do que a gente precisa? Não é só a gente que precisa é nós precisamos. Professores precisam, nossos colegas que precisam, todo mundo precisa e as meninas que um dia vão ser mães. Quando perguntada sobre a extensão do RU, a entrevistada deixa sua opinião, que já foi previamente citada e continua “(...)Se com 16, 17 ou 18 anos ele passar no vestibular ele muda o papel dele econômico dentro da universidade, ele vai ser beneficiário como estudante, vai ter uma demanda federal de verba que vai vir diretamente para ele e não mais para mim. Então é um vínculo linkado a dependência e independência, então, para mim isso é lógico. “Aí não, porque a lei não é assim. Não sei o quê.” E eu não tinha voz. Chegou no dia da audiência pública da minuta das mães, duas coisas que eu bati: uma, não tem que ser um direito só das mães, por que que a Noruega os pais são diferentes? Porque tem políticas e começa por um viés político. Os homens também têm direito a 6 meses de paternidade, os homens também têm direito a um dia de sair do trabalho para cuidar do filho, os homens também têm direitos. Aí eu comecei a pensar, mas eu não quero essa responsabilidade sozinha, eu não quero que só mães tenham direito. Eu sei que eu vou continuar carregando minha filha sozinha, mas se a gente começar a mudar, é óbvio que todo mundo vai construir isso. Aí nesse pensamento, existe divergência política. “Há tem que usar o termo mãe”, para mim não era mãe que tem que ter, tem que ser um ou parentalidade, daí tem discussões contra esse termo por causa da lei de alienação parental (...). Agora tu olhar o mundo de uma evolução de 24 anos, nada mudou. Eu entrei na universidade em 2001. Nada mudou, eu entrei na universidade com 19 para 20 anos, nessa época, a mulher era dependente do pai até os 21. Eu não pude ter assistência de ProUni(...), eu lembro disso, sabe, tipo do ProUni, eu participei do primeiro Enem. Foi incrível o que aconteceu ali. As universidades públicas no Rio Grande do sul, crescendo, tendo universidade pública em lugar que nunca teve, Pelotas, Rio Grande a universidade de Santa Maria cresceu. Santa Maria não era nada, Rio Grande não era nada antes da universidade. Tudo isso gerou um processo econômico gigante em volta dessas cidades. E a universidade gira processo econômico em volta de todas as todas as cidades. Toda a cidade que tem uma universidade, ela evoluiu economicamente. Porque as pessoas têm que mudar de casa, não tem pai e mãe para manter, tudo é um processo migratório gigante, então por que não construir política pública decente? que economicamente vai girar e as pessoas vão enriquecer ali igual, a cidade vai enriquecer. Se eu tiver mais dinheiro, eu vou consumir mais, é óbvio. Se você hoje ganha uma política pública que te ajude um pouco mais na maternidade, você vai se suprir de mais coisa, talvez vá contratar uma babá, talvez você vá poder sair mais à noite, vai poder passear mais com a tua filha, vai fazer “N” coisas. Isso é um processo automático da economia. Que eles simplesmente parecem que privam para a gente continuar num lugar de subalterno.”